



**Universidade Federal
do Espírito Santo**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

ELIANA RODRIGUES TIAGO

**JOVENS RIBEIRINHOS AMAZÔNICOS: Representações Sociais sobre Comunidade e
Processos Identitários**

**Vitória
2023**

ELIANA RODRIGUES TIAGO

Jovens Ribeirinhos Amazônicos: Representações Sociais sobre Comunidade e Processos Identitários

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Maria Cristina Smith Menandro, Profa. Dra.

Fonte Financiadora (Bolsa): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas –
FAPEAM

**Vitória
2023**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

R696j RODRIGUES TIAGO, ELIANA, 1968-
Jovens Ribeirinhos Amazônicos: : Representações Sociais
sobre Comunidade e Processos Identitários / ELIANA
RODRIGUES TIAGO. - 2023.
125 f.

Orientadora: MARIA CRISTINA SMITH MENANDRO.
Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Comunidades. 2. Juventude. 3. Ribeirinhos. 4. Psicologia
Ambiental. 5. Representações Sociais. I. SMITH MENANDRO,
MARIA CRISTINA. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9



Programa de Pós-Graduação em Psicologia
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

ATA DE DEFESA DE TESE DO CURSO DE DOUTORADO EM PSICOLOGIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – ATA Nº 166 - 02/03/2023

Ao segundo dia de março de dois mil e vinte e dois, através de webconferência, conforme Portaria Normativa nº 08, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFES de 01 de julho de 2021, procedeu-se a avaliação da defesa da tese da discente **Eliana Rodrigues Tiago**. Às catorze horas, a Profª. Drª. Maria Cristina Smith Menandro - UFES (Presidente da Comissão Examinadora e Orientadora) deu início aos trabalhos, convidando os demais integrantes da comissão: Profª Drª Zeidi Araujo Trindade – UFES (Examinadora Interna), Profª Drª Sabine Mantuam dos Santos Coutinho – UFES (Examinadora Interna), Profª Drª Cristiane Bonfim Fernandez – UFAM (Examinadora Externa) e Prof. Dr. Abel Santiago Muri Gama – UFAM (Examinador Externo). A seguir, a Presidente solicitou à doutoranda que fizesse uma explanação de seu trabalho intitulado **"JOVENS RIBEIRINHOS AMAZÔNICOS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE COMUNIDADE E PROCESSOS IDENTITÁRIOS"**. Finda a apresentação, a Presidente passou a palavra aos examinadores, que procederam à arguição da candidata. Ao final, a Comissão, em sessão reservada, deliberou pela **APROVAÇÃO** da referida tese nos termos do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e alertou que a aprovada somente terá direito ao título de Doutora após a entrega da versão final de sua tese à Secretaria do Programa. Encerrada a sessão, eu, Profª. Drª. Maria Cristina Smith Menandro, presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente ata que vai assinada digitalmente por mim e pelos demais componentes da Comissão.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA CRISTINA SMITH MENANDRO
Data: 08/03/2023 17:00:06-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profª. Drª. Maria Cristina Smith Menandro (UFES)
Orientadora e Presidente da Sessão

Profª Drª Zeidi Araujo Trindade (UFES) **gov.br** Documento assinado digitalmente
ZEIDI ARAUJO TRINDADE
Data: 07/03/2023 16:05:38-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>
Examinadora Interna

Profª Drª Sabine Mantuam dos Santos Coutinho (UFES)
Examinadora Interna

Profª Drª Cristiane Bonfim Fernandez (UFAM) **gov.br** Documento assinado digitalmente
CRISTIANE BONFIM FERNANDEZ
Data: 02/03/2023 18:19:59-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>
Examinadora Externa

Prof. Dr. Abel Santiago Muri Gama (UFAM) **gov.br** Documento assinado digitalmente
ABEL SANTIAGO MURI GAMA
Data: 07/03/2023 07:45:05-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>
Examinador Externo

Secretaria Integrada de Programas de Pós-Graduação – SIP
Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo situada à Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras -
29075-910 – Vitória/ES. Tel.: (27) 4009-2524 – sip.ufes2@gmail.com – www.secretaria.cchn.ufes.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
SABRINE MANTUAN DOS SANTOS COUTINHO - SIAPE 2018596
Departamento de Terapia Ocupacional - DTO/CCS
Em 08/03/2023 às 08:42

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/663646?tipoArquivo=O>

DEDICO

A Deus, por me permitir realizar um dos meus objetivos de vida, a Ele toda honra, glória e louvor, pois Dele vem a verdadeira sabedoria, o conhecimento e o entendimento.

À minha mãe, Osvaldina, e a toda minha família, por seu apoio, amor e exemplo de força que me inspira.

À minha orientadora, Maria Cristina Smith Menandro, pelo acolhimento, paciência, sabedoria, afeto e palavras de incentivo que foram marcantes nessa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Eu aprendi mais uma vez, ao longo desta jornada, que não fazemos nada sozinhas. Deus sempre coloca em nossas vidas pessoas que caminham conosco, nos inspiram, nos orientam e nos doam o que há de mais precioso, seu tempo. Deus conduz a minha vida, Ele é a minha força nos momentos de fraqueza (e foram muitos). Sem Ele, nada do que sou, penso ou tenho seria possível. “É Ele quem dá a sabedoria e da sua boca vem a inteligência e o entendimento”.

À Professora, Dra. Maria Cristina Smith Menandro, que, antes de tudo, é uma pessoa encantadora e acolhedora, desde o primeiro dia que a conheci, me recebeu com sorrisos e abraços, e é uma profissional que ensina, orienta e corrige com amor e excelência, uma mulher de fibra que faz várias coisas ao mesmo tempo e está sempre de bom humor.

À minha mãe, Osvaldina, exemplo de mulher forte que cuidou de tantos filhos e ensinou o que é ser resiliente em meio às adversidades da vida, sua raiz amazônica expressa sua força.

A meus irmãos e irmãs que me apoiaram em meio à tantas alegrias e percalços, durante o período de doutorado, a alegria de ter sido aprovada, a mudança para Vitória/ES, os momentos de apreensão, medo, incertezas, sentimentos de incapacidade e fragilização, decorrentes do período pandêmico por conta da COVID-19, mas que graças à Deus houve alívio de toda essa fase.

Às amigas: Cristiane Fernandez, Alcione Teles, Silvia Carla Furtado, Taynara, Thissiane Marostegone, Geina Faria, Silmara Mundim, Flávia Sales, Lídia Lira, Lucilene, Nai Souza, Danielle Albuquerque e Ana Cristina Santos que me apoiaram com orações, palavras de incentivo e encorajamento.

À coordenação da Secretaria de Saúde do município de Coari – Barco Fluvial Unidade Básica de Saúde e todos os profissionais que percorreram as comunidades durante a coleta de dados.

A todos os moradores de comunidades ribeirinhas da região do médio Solimões, no Amazonas-Brasil, que me concederam a oportunidade de conhecê-los por meio das entrevistas, das conversas sobre o seu dia a dia, suas histórias de vida, suas memórias, seus pensamentos e vivências na Amazônia.

Ao Instituto de Saúde e Biotecnologia/Universidade do Amazonas, que permitiu o afastamento e as minhas amigas de profissão Ananda Maria e Natháchila Chamy e a amiga Nara Falcão que me substituíram durante o tempo de afastamento das funções como docente.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e a Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal (CAPES) que me apoiaram nessa trajetória por meio do financiamento de bolsa de estudo.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo e toda equipe administrativa: Antônio Brito e Arin Bernardes Filho.

A Professora Dra. Sabine Mantuam dos Santos Coutinho e o Prof. Dr. Denis Giovani Monteiro Naiff pela participação na Banca de Qualificação e sugestões que serviram de reflexão para a defesa da tese.

Às amigas que o doutorado me proporcionou: Luciana Lindinger, Beatriz Souza, Jocilene Marquezine e Antonella Barone, Maria Rita Régis e Lilian Zanotelli.

Reitero que é impossível alguém afirmar que realizou um sonho ou projeto isoladamente. A caminhada é longa e, durante a trajetória, precisamos nos conectar às pessoas ou instituições que nos apontaram um norte, tiraram dúvidas ou as geraram para que pudéssemos desenvolver nosso trabalho.

Houve pessoas que caminharam todo o percurso, outras seguiram seus caminhos, mas deixaram ou ensinaram algo. Nunca estamos sós!

Obrigada a todos (as) que trilharam comigo, durante o Doutorado em Psicologia, na Universidade Federal do Espírito Santo e o tornaram mais leve. Valeu todo o esforço que se tornou em alegria e realização na minha vida!

Ele acorda antes do sol,
para mais uma jornada,
isca, rede, anzol;
a tralha toda arrumada...
Toma o café matinal,
faz a primeira oração;
O rio é seu quintal,
e a pesca profissão!
Motor do bote ligado,
rasgando as águas turvas;
se perdendo no traçado,
desenhado pelas curvas...
Seguindo pelo leito,
da bela estrada molhada;
Com a esperança no peito,
e a fartura aguardada...
O medo dos temporais,
velhas histórias engraçadas;
Contadas na beira do cais,
rendendo boas risadas!
Vai, ribeirinho...
Para onde quer que rumes!
trilha teu caminho...
Atrás de um cardume!

(O Eldoradense)

RESUMO

Os/As jovens que habitam em comunidades ribeirinhas de contextos amazônicos são parte da população brasileira que integra os povos tradicionais. Os estudos sobre representações sociais e identidade de lugar compõem a base teórica para apresentar os processos identitários que são manifestados através do modo de viver dos/as jovens ribeirinhos/as. O estudo se propôs ao desvelamento das representações sociais de jovens sobre as comunidades ribeirinhas em que vivem e as possíveis articulações dessas representações com a constituição de sua identidade de lugar. O estudo é de abordagem qualitativa e quantitativa. Utilizou-se a abordagem multimétodos para apreender aspectos objetivos e subjetivos por meio de documentos, uso de registros de imagens e áudio, caderno de campo, observação participante, roteiro de questões e aplicação de entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados 31 jovens com idade entre 18 e 29 anos residentes em comunidades ribeirinhas amazônicas da região do Médio Solimões, gestores e funcionários de Secretarias do município de Coari-AM-Brasil. O software Iramuteq foi utilizado para as análises estatísticas e textuais e a análise temática serviu para a interpretação dos dados. Os resultados indicaram que as representações da população jovem ribeirinha podem ser classificadas como: a) O meu lugar: aqui eu tenho tudo; b) Viver em comunidade: significados e afetos; c) Eles e elas: Projetos e questões de gênero e d) Nós e eles: os ribeirinhos e a cidade. Os/as jovens ribeirinhos/as expressam as representações sociais da comunidade através do compartilhamento de atitudes, pensamentos, cultura, valores e nas formas de comunicação. A identidade de lugar se manifesta por suas experiências de vida, do sentimento de pertencimento e do apego ao lugar e ao contexto em que habitam. Suas realidades são marcadas pela territorialidade amazônica. Salienta-se a importância de estudos sobre as populações tradicionais em outros contextos que compartilhem e atentem para as dimensões

socioespaciais, formas de pensar, de comunicar, de comportamentos, de ser e de construção de identidades.

Palavras-Chaves: Comunidades. Juventude. Ribeirinhos. Psicologia Ambiental Representações Sociais.

ABSTRACT

The young inhabitants of riverine communities in Amazonian contexts are a part of the Brazilian population that integrates its traditional peoples. Studies on social representations and on place identity are here a theoretical basis to present the identity processes manifested in riverine youths' way of life. Disclosing these youths' social representations of the riverine communities where they live, and also the possible articulations of such representations with the constitution of their place identity have been the aim of this study, which employs both qualitative and quantitative approaches. A multi-method approach was used to grasp both objective and subjective aspects from documents, image and audio records, a field notebook, participant observation, a questionnaire script, and semi-structured interviews. These were applied to 31 young (18 to 29 years old) inhabitants of the Amazon riverine communities, managers and employees of the secretaries in Coari (AM), by the Middle Solimoes river area. Iramuteq software ran the statistical and textual analyses, Where as thematics analysis was used for data interpretation. The results have pointed that the young riverine population's representations can be classified as follows: a) My place: here I have everything; b) Living in the community: meanings and affections; c) "He" and "She": Projects and gender issues; and d) Us and them: the riverine people and the city. Riverine young people express the social representations of their communities through the sharing of attitudes, thoughts, culture, values and communication manners. The place identity is manifested by their life experiences, their feeling of belonging, and their attachment to the place and context in which they live. Their realities are marked by Amazonian territoriality. The importance of other studies on traditional peoples and other contexts that share and pay attention to socio-spatial dimensions, ways of thinking, communicating, behaving, being and constructing of identities is herein highlighted.

Keywords: Communities. Youth. Riverine (peoples). Environmental Psychology. Social Representations.

ABSTRAIT

Les jeunes qui vivent dans les communautés riveraines des contextes amazoniens font partie de la population brésilienne qui intègre les autochtones. Les études sur les représentations sociales et l'identité de lieu constituent la base théorique pour présenter les processus identitaires qui se manifestent à travers le mode de vie des jeunes riverains. L'étude visait à révéler les représentations sociales des jeunes sur les communautés riveraines dans lesquelles ils vivent et les articulations possibles de ces représentations avec la constitution de leur identité de lieu. L'étude a une approche qualitative et quantitative. Une approche multi-méthodes a été utilisée pour appréhender les aspects objectifs et subjectifs à travers des documents, l'utilisation d'images et d'enregistrements audio, un carnet de terrain, l'observation participative, des questionnaires et la réalisation d'entretiens semi-directifs. Nous avons interrogé 31 jeunes âgés de 18 à 29 ans vivant dans des communautés riveraines amazoniennes de la région du *Médio Solimões*, cadres et employés de Secrétariats, dans la municipalité de Coari-AM-Brésil. Le logiciel Iramuteq a été utilisé pour les analyses statistiques et textuelles, et l'analyse thématique a été utilisée pour l'interprétation des données. Les résultats indiquent que les représentations de la jeune population riveraine peuvent être classées comme cela: a) Ma place: ici j'ai tout ; b) Vivre en communauté: sens et affections; c) Elles et eux: Projets et questions de genre et d) Nous et eux: les riverains et la ville. Les jeunes riverains expriment les représentations sociales de la communauté à travers le partage des attitudes, des pensées, de la culture, des valeurs et des formes de communication. L'identité de lieu se manifeste par leurs expériences de vie, le sentiment d'appartenance et l'attachement au lieu et au contexte dans lequel ils vivent. Leurs réalités sont marquées par la territorialité amazonienne. On souligne l'importance des études sur les populations traditionnelles dans d'autres contextes qui partagent et prêtent attention aux

dimensions socio-spatiales, aux modes de pensée, de communication, de comportement, d'être et de construction des identités.

Mots clés: Communautés. Jeunesse. Riverains. Psychologie Environnementale. Représentations Sociales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem aérea do município de Coari-AM.	44
Figura 2 - Barco com trajeto Coari-Manaus e Manaus-Coari-AM.	46
Figura 3 - Lancha rápida com trajeto Coari-Manaus e Manaus-Coari-AM.	47
Figura 4 - Avião comercial com trajeto Manaus-Coari e Coari-Manaus-AM.	48
Figura 5 - Escola em comunidade ribeirinha da Região do Médio Solimões-AM.	54
Figura 6 - Famílias de comunitários chegando à UBSF - Médio Solimões-AM.	54
Figura 7 - Comunitário chegando da pesca - Médio Solimões-AM.	55
Figura 8 - Comunidade ribeirinha com acesso por terra - Médio Solimões-AM.	65
Figura 9 - Comunidade ribeirinha vista de frente - Médio Solimões-AM.	65
Figura 10 - Unidade Básica de Saúde Fluvial - Médio Solimões-AM.	66
Figura 11 - Produtos da agricultura ribeirinha expostos na Feira em Coari – AM.	76
Figura 12 - Representações sociais dos/as jovens sobre as comunidades ribeirinhas – AM.	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Perfil sociodemográfico dos participantes por sexo, idade, estado civil, quantitativo de filhos, escolaridade, ocupação profissional e residentes na moradia de comunidades ribeirinhas do município de Coari - Médio Solimões – AM. 71

Tabela 2 - Distribuição dos participantes por escolaridade, ocupação profissional e estado civil de comunidades ribeirinhas do município de Coari - AM. 74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	Auxiliar de Consultório Dentário
ACS	Agente Comunitário de Saúde
ASSREV	Assessoria de Revisão
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCR	Câmara de Coordenação e Revisão
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
DAB	Departamento de Atenção Básica
DC	Diário de Campo
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEC	Inteligência em Pesquisa e Consultoria
IRAMUTEQ	Interface em R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires
MDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MPF	Ministério Público Federal
MS	Ministério da Saúde
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar
PNDSPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PPGP	Programa de Pós-graduação em Psicologia
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde
TCLE	Termo de Compromisso Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologia de Informação

TRS	Teoria das Representações Sociais
UBSF	Unidade Básica de Saúde Fluvial
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 JUVENTUDE: CONCEITOS E CONTEXTOS	26
1.1 CONCEITOS E ABORDAGENS TEÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	26
2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, PSICOLOGIA AMBIENTAL E O CONTEXTO AMAZÔNICO	32
3 OBJETIVOS	42
4 PERCURSO METODOLÓGICO	43
4.1 FONTES DE DADOS	49
4.2 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS	53
4.3 QUESTÕES ÉTICAS	56
4.4 PARTICIPANTES	56
4.5 ANÁLISE DE DADOS	58
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	60
5.1 COMUNIDADES RIBEIRINHAS AMAZÔNICAS	60
5.1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E DEFINIÇÃO JURÍDICA DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS	61
5.1.2 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS	64
5.1.3 A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS	66
5.1.4 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS/AS JOVENS RIBEIRINHOS/AS	70
5.1.5 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS COMUNITÁRIOS RIBEIRINHOS	78
5.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, PSICOLOGIA AMBIENTAL E O SER JOVEM RIBEIRINHO/A	79
5.2.1 CLASSE 1: “O MEU LUGAR: AQUI EU TENHO TUDO”	80
5.2.2 CLASSE 2: “VIVER EM COMUNIDADE: SIGNIFICADOS E AFETOS”	84
5.2.3 CLASSE 3: “ELES E ELAS: PROJETOS E QUESTÕES DE GÊNERO”	87
5.2.4 CLASSE 4: “NÓS E ELES: OS RIBEIRINHOS E A CIDADE”	91
5.3 PROCESSOS IDENTITÁRIOS	94
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICE A – ROTEIRO DE OBSERVAÇÕES	118
APÊNDICE B - ROTEIRO DE QUESTÕES	120
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	122
ANEXO A - APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA	123

INTRODUÇÃO

O Brasil é conhecido mundialmente pelas belezas naturais, tem em seu território uma das áreas importantes e almeçadas por conter recursos da terra, águas, riqueza mineral, faunística e flora: a Amazônia (E. Baptista, 2012). A suntuosidade da região abarca a maior fonte de biomassa renovável mundial, a maior bacia hidrográfica de água doce do mundo, grande potencial petrolífero, químico-farmacológico, extrativista, de turismo ecológico, agroflorestal, biotecnológico, metalúrgico e mineral dentre outros (Freitas, 2003; 2004), sendo considerada uma das derradeiras fronteiras naturais do planeta, incluindo-se vastas e preciosas áreas não exploradas ou exploradas pelo capital.

As explorações podem ocorrer de forma legal e ilegal. As que ocorrem de forma legal, são pesquisas autorizadas, conforme pode ser observado no histórico do ¹Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA), que visam obter dados e benefícios da biodiversidade para questões climáticas, de saúde da população (por exemplo, produção e uso de fitoterápicos), de conservação e manutenção da floresta, dos rios e de outros recursos naturais. As explorações ilegais reportam-se aos garimpos e à contaminação do solo, dos rios e peixes, à exploração madeireira, ao tráfico de animais silvestres e, soma-se a isso, às ²queimadas que ameaçam a vida de seus habitantes locais e do planeta (Pereira & Capaz, 2019; Rede SIMEX, 2022).

Além da biodiversidade natural, existe a riqueza sociocultural, que pode ser comprovada pela existência de 342 mil indígenas concentrados na região Norte ³(IBGE, 2010), e ⁴povos

¹ <https://antigo.inpa.gov.br/index.php/institucional/historico>

² WWF-Brasil (Fundo Mundial para a Natureza), 2021.

https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/amazonia__desmatamento_e_queimadas__uma_nova_tragedia_em_2020/

³ Os dados sobre a população indígena estão baseados no último Censo demográfico do IBGE (2010) intitulado Características Gerais dos Indígenas: Resultados do Universo e no ano de 2022 foi organizada uma mobilização nacional para um novo recenseamento a ser divulgado. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34590-ibge-organiza-mobilizacao-nacional-para-recensar-comunidades-e-povos-indigenas>

⁴ <https://ispn.org.br/biomas/amazonia/povos-e-comunidades-tradicionais-da-amazonia/>

tradicionais, como as populações ribeirinhas, pescadores, quilombolas, seringueiros etc. (ISPN).

O estudo foi desenvolvido diante desse cenário de exuberância, grandeza e contrastes físicos, sociais e culturais do contexto amazônico, que não cabe em uma única narrativa. Os contatos e caminhos percorridos, até chegar às comunidades ribeirinhas perpassam a vivência e atuação docente da pesquisadora na Universidade Federal do Amazonas, *Campus* do Instituto de Saúde e Biotecnologia em Coari/AM, um dos polos instalados com a ⁵expansão das Universidades Públicas no país na década de 2000.

Durante a trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora, no período de 2012-2014, foi desenvolvida a dissertação de Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP/UFAM), sobre os significados e identidade de lugar dos moradores de casas flutuantes da região do Médio Solimões (no entorno de Coari-AM-Brasil), mostrando que os aspectos do lugar habitado sobre as águas estão associados à “constituição do sujeito psicológico”, que o habitar em espaço flutuante público e privado, ao mesmo tempo, simbolizava, para cada morador, carregar as marcas e a trajetória atreladas às adversidades externas e internas enfrentadas no cotidiano. Apontava também para a falta de reconhecimento do poder público e dos moradores de terra firme, indicando as “[...] dificuldades de posse, de mobilidade, de inclusão social” em que viviam “[...] sob o estigma da invisibilidade social” (Tiago & Higuchi, 2016, p. 68). O referido estudo sobre os moradores de casas flutuantes inspirou esta pesquisadora a investigar a dinâmica, os modos de vida de jovens moradores de comunidades ribeirinhas, além do fato de também ser/estar/do/no contexto amazônico.

⁵ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), foi criado pelo Decreto nº 6.096/2007 e objetivou apresentar oportunidades de acesso à Educação superior, principalmente voltada a jovens pertencentes a grupos menos favorecidos economicamente e que se encontravam em contextos mais distantes do país, como as cidades do interior que antes não tinham como frequentar as Universidades, sendo muitas vezes impossível o ingresso e conclusão. Também havia a possibilidade de criação de novos *campi* para o interior do país, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das universidades. Recuperado de: <http://portal.mec.gov.br/idex.php?option=com_docmain&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>.

O contato direto com os comunitários (alguns discentes oriundos das comunidades) possibilitou vários questionamentos em relação ao que pensam, sentem e como vivem as pessoas que habitam nessas comunidades, em especial, os jovens. Esse ambiente acadêmico juvenil foi o que direcionou o meu interesse para esse público. Parte da população inserida no ambiente das comunidades amazônicas é jovem, em fase de desenvolvimento biopsicossocial, em formação profissional e cidadã, vivenciando descobertas, curiosidades e expectativas de/da vida e/ou do futuro.

Observa-se que muito do que se tem relatado nas produções acadêmicas não permite traduzir as vivências, os sentidos e o cotidiano das populações amazônicas relacionadas às suas particularidades, no que diz respeito a sua localização e distribuição geográfica, sua biodiversidade e sua sociodiversidade.

A pesquisa teve como arcabouço teórico a perspectiva psicossociológica da Teoria das Representações Sociais (TRS) de Serge Moscovici (1978), articulada ao conceito de identidade de lugar da Psicologia Ambiental e apresentou, como *corpus* empírico, a temática das representações sociais de lugar articuladas à identidade dos jovens que compõem uma parcela da população.

As questões que instigaram esta investigação foram: como vivem e o que pensam acerca de sua própria condição juvenil, jovens habitantes de um espaço natural, cercado por florestas e rios? Quais são as aspirações desses jovens? O que os mantém ou os afasta desse contexto? Quais suas representações acerca do lugar em que vivem – as comunidades ribeirinhas?

As diferenças entre as juventudes urbanas, rurais e povos tradicionais permeiam as vivências e experiências de acordo com cada contexto. Nosso propósito foi conhecê-las e apresentá-las no sentido de contribuir para a compreensão do que é ser jovem para esses habitantes de comunidades ribeirinhas e como constroem ou formam sua identidade.

Além disso, nos propusemos acessar quais perspectivas, anseios, sonhos, preocupações e possibilidades têm conduzido suas vivências e que mudanças significativas internas e externas têm sido produzidas e reproduzidas por eles/as.

Parafraseando Moscovici (1976), almejou-se conhecer e analisar o que pensam os jovens ribeirinhos e como se materializam as abstrações, construídas intra e interpessoalmente em suas experiências, sobre o lugar que habitam, vivenciadas em tal organização e disposição geofísica, material, histórica, cultural e socioambiental do seu entorno.

Esta investigação não foi conduzida de forma individual e isolada, mas, tomou como base, experiências teóricas que já percorreram um caminho árduo na construção e delineamento de teorias e métodos que nos apontam direções a seguir com coerência, mas que deixam espaço para a intuição e descobertas a serem compartilhadas. Como bem pontuou Moscovici (2003, p.19), “a ciência não é feita por pesquisadores individuais, na presença de dados cujos significados eles buscam encontrar, mas, sim, de pesquisadores em comunidade”.

Assim o trabalho foi organizado da seguinte forma:

O primeiro capítulo trata de aspectos teóricos, temáticos e contextuais relacionados a jovens/juventude, apresentando conceitos e abordagens teóricas do desenvolvimento humano que servem de base para o estudo das populações jovens em contextos diferenciados, além do urbano. Procurou-se, assim, abordar os principais temas que têm sido problematizadas nos estudos sobre jovens e juventudes de acordo com os diferentes contextos em que estão inseridos, especialmente os/as jovens ribeirinhos/as.

O capítulo dois trata dos aportes teóricos utilizados como suporte da pesquisa. São explorados aspectos e conceitos da Teoria das Representações Sociais (TRS) e os conceitos de lugar e identidade de lugar da Psicologia Ambiental que serão tomados como recurso no trabalho de análise e interpretação dos dados.

A formalização dos objetivos e a descrição dos recursos metodológicos ocorrem no capítulo três e quatro. Nele, são descritos os passos que nortearam a pesquisa, incluindo a aproximação ao campo, as fontes de informação, os instrumentos e técnicas para os procedimentos de coleta, as questões éticas e os procedimentos de análise dos dados.

Na sequência, o capítulo cinco apresenta os resultados e discussão, que se inicia com a apresentação das comunidades ribeirinhas, em forma de narrativa, construída a partir do trabalho de análise de dados recolhidos por meio de entrevistas com gestores públicos, consultas documentais e observações de campo em diálogo com a literatura sobre o tema. Em seguida, são descritos resultados sobre diferentes aspectos da vida dos e das jovens participantes da pesquisa, tais como sua caracterização em termos etário, de escolarização, de trabalho/ocupação e das aspirações quanto ao futuro, com o propósito de captar os sentidos e significados de suas vivências. Posteriormente, são abordados os dados concernentes ao que é ser jovem, suas formas de pensar o que é viver no lugar de sua habitação, na tentativa de apresentar os aspectos relativos à vivência comunitária, e, enfim, são interpretados e discutidos os dados relacionados às representações sociais e à identidade de lugar.

No capítulo seis, são tecidas considerações finais sobre a pesquisa.

1 JUVENTUDE (S): CONCEITOS E CONTEXTOS

1.1 CONCEITOS E ABORDAGENS TEÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A juventude tem sido tema abordado por diversas áreas do conhecimento como, por exemplo, nas humanidades e nas ciências da vida. Considerada uma fase de transição do desenvolvimento humano, que compreende o período intermediário entre a infância e a vida adulta, tem sido alvo de vários estudos sociológicos e reconhecida como uma construção sócio-histórica, sem, entretanto, haver unanimidade sobre sua duração (Caldeira & Veiga, 2013; Piletti & Rossato, 2011).

Para Bourdieu (2003), a divisão por idade (assim como o sexo ou classe) remete à questão de estrutura de poder entre os mais velhos e os mais jovens. Ele a classifica e a relaciona com a imposição de limites no sentido de organizar onde cada indivíduo deve ficar dentro da localização social. Bourdieu (2003) pontua que “[...] a juventude e a velhice não são dadas, mas construídas socialmente [...]” (p. 152). E, na mesma direção, refere-se à idade como um dado biológico que pode ser tanto manipulado como manipulável, considerando-as como complexas (p. 152). Tais afirmações corroboram a ideia de se apresentar a categoria juventude para além de um único conceito ou limite etário, mas, sim, em suas convergências e divergências, que servem como parâmetros que norteiam/nortearam produções acadêmicas.

No âmbito brasileiro, na legislação que delibera sobre direitos das crianças, adolescentes e jovens, são adotados critérios cronológicos para classificar quem é adolescente. No Estatuto da Criança e Adolescente (1990/2004), é a pessoa entre doze (12) e dezoito (18) anos de idade, enquanto no Estatuto da Juventude (2013), pessoa com idade entre quinze (15) e vinte nove (29) anos são consideradas jovens. O Ministério da Saúde (Brasil, 2007) comunga que o uso de

critérios cronológicos serve para nortear a “investigação epidemiológica, as estratégias de elaboração de políticas de desenvolvimento coletivo e as programações de serviços sociais e de saúde pública” (Brasil, 2007, p.7).

Entende-se atualmente que o estudo sobre juventude vai além de processos e conceitos lineares na constituição biopsicossocial, como abordado na teoria psicanalítica de Freud e na teoria psicossocial de Erik Erikson. Essa percepção contribui para ampliar o debate em torno de temas correlacionados como identidade juvenil, identidade vinculada ao espaço de habitação, papel do jovem na política, autonomia, liberdade e independência (Augusto, 2008; Castro, 2009, 2016; Coelho & Estramiana, 2014; Lopes & Carvalho, 2017; Oliveira, 2011).

Oliveira e Trancoso (2014) se concentraram em ampliar e interligar os estudos psicológicos e sociológicos que abarcam os conceitos infância e juventude em uma abordagem histórico cultural ao refletirem que tais conceitos apresentam três aspectos que devem ser considerados: 1) Ambiente cultural: em que as pessoas tanto produzem como consomem cultura, pois há uma diversidade; 2) Epistemologia científica: em que há um desafio para as áreas da Psicologia e Sociologia conceituarem infância e juventude, pois não são processos estanques, mas dialogam com as dimensões biológicas, as capacidades de interações sociais, culturais e de significações para a formação das subjetividades, ou seja, ultrapassam a linearidade e 3) prática da pesquisa empírica: em que o autor compreende as articulações conceituais como “resultado de um processo sócio, histórico e cultural” (p. 24) e de ser necessário dar visibilidade aos excluídos historicamente, adotando-se “uma posição ética e política em relação à produção de conhecimento” (p.24).

Contribuição com ampla investigação e análise quantitativa sobre a condição juvenil do Brasil a partir de dados oficiais da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) do período de 2004-2014 é oferecida por Sposito, Souza e Silva (2018). Considerados os aspectos educacionais, laborais e familiares, no período, o estudo possibilita a compreensão acerca das

mudanças e transformações sofridas pelas gerações, nos atualiza em termos de conhecimento e aponta a necessidade de outras possibilidades de estudos e questionamentos sobre aspectos culturais e contextos como os dos jovens ribeirinhos.

Além da amplitude e variabilidade de conceitos e definições sobre juventude(s) e jovem(ns), há o interesse crescente em relação a distintos contextos ambientais e culturais como o meio rural (Alves & Dayrell, 2015; Barasuol, Doula & Boessio, 2017; Pizzinato, Hamann, Maracci-Cardoso & Cezar, 2016). Na mesma direção, no desenvolvimento da presente tese, buscou-se, junto a populações tradicionais, conduzir investigação acerca de jovens que habitam em comunidades ribeirinhas amazônicas pouco estudadas e acessadas pela via do desenvolvimento de trabalhos científicos.

O estudo sobre o tema população jovem ribeirinha contribui para a compreensão do modo de pensar e o que significa ser jovem e viver na Amazônia, região que, há muito, carrega o estigma de atraso, de vazio demográfico, à qual são dirigidos discursos em campanhas eleitorais com promessas de desenvolvimento e progresso, mas que, na prática, se tornam alvo de exploração capitalista dos recursos naturais e biodiversidade, corroborando “o aspecto da colonialidade” (Meneses & Sousa, 2017, p.4). Do ponto de vista da produção científica, o ambiente ribeirinho apresenta-se como um campo fértil para acessar e revelar os discursos, falas, modos de vida, experiência e as diversas formas de manifestação comunicacionais que contribuirão para o reconhecimento da identidade dessa população há tempos marcada pela invisibilidade social, temas que falam dessa inviabilidade social dessa população juvenil são tratados no ⁶Atlas da Juventude (2022).

Nessa perspectiva, cabe menção ao estudo de Wacquant (2006), quando informa que, em todos os espaços da existência humana, podem ser vistas contradições e ambiguidades. No espaço pesquisado, notaram-se contradições em relação às riquezas que, por um lado, interessa

⁶ <https://atlasdajuventudes.com.br/>

aos detentores do capital econômico e, por outro, à pobreza, (escassez de recursos, serviços e possibilidades) daquelas pessoas que habitam naquele espaço, mas não detêm capitais como o econômico. Contradição essa, em relação à detenção de recursos financeiros, renda, patrimônio, bens materiais e em relação ao que o sujeito detém de conhecimentos culturais, formais, diplomas, títulos conquistados, principalmente.

De maneira análoga à descrição feita por Bourdieu (2006) sobre camponeses que não conseguiam se relacionar com as moças, se casar ou se inserir nos padrões da vida urbana, sendo considerados como desvalorizados, a população ribeirinha também não conseguiu acompanhar as novas formas de organização social e econômica nem serem incluídos nos critérios exigidos para conseguir um “bom emprego” e sair das bordas sociais, ao longo de 20 anos, mesmo após a instalação do Gasoduto no município de Coari/AM em 1996.

A instalação de empresas de grande porte e universidades em Coari sugeriu a viabilização de transformações sociais e econômicas efetivas, que poderia ser diferenciada pelo capital cultural e social, e representaria uma rede de contatos de relacionamentos de pessoas importantes (Bourdieu, 2006). Mas, para os habitantes das populações das comunidades ribeirinhas, sem qualificação profissional necessária para os postos de trabalho originados, não representou alternativa ou possibilidade de empregabilidade.

Barasuol et al., (2017), ao objetivarem um mapeamento atualizado das produções das pós-graduações brasileira sobre a temática jovens e juventude, em especial sobre “juventude rural no Brasil” (p.248), verificaram que a juventude urbana contempla a maior parte dos estudos e identificaram um total de 272 produções acadêmicas (teses e dissertações), no período 2011-2012, das quais, 73 trabalhos contemplaram a juventude rural. Seus resultados sinalizam diversidade de eixos ou abordagens temáticas, tais quais: educação, cultura, projetos e trajetórias de vida, trabalho, reprodução social, gênero, migração/permanência, Tecnologias de Informação (TICs) e protagonismo juvenil. Os autores entenderam que existe um aumento no

interesse de pesquisa em relação à categoria analisada, mas, também reconheceram a importância de estudos que abordam outros aspectos, mencionados de forma incipiente nos eixos temáticos, como por exemplo: identidades e representações dos sujeitos. As regiões Sudeste, Nordeste e Sul foram notadamente as que mais desenvolveram estudos sobre a categoria juventude rural.

Em relação a estudos específicos sobre a população jovem ou juventude ribeirinha, ainda que existem divergências quantitativas e de interesse em contraposição a outros contextos e culturas, há prevalência de fatores que podem dificultar a realização de pesquisas tais como, as distâncias medidas em função do tempo e a extensão dos rios, o acesso às comunidades pelo fato do meio de transporte mais utilizado ser o fluvial, a falta de estrutura das comunidades, pouco conhecimento sobre navegabilidade da região, seus aspectos climáticos, hábitos alimentares e preparo orçamentário dos pesquisadores (Gama et al., 2018). E o que pode beneficiar é “o compromisso ético e político do ato de pesquisar” e outros pontos importantes extensamente explorados por Calegare, Higuchi e Forsberg (2013, p.572).

O interesse pelo estudo das populações juvenis de povos tradicionais ribeirinhas decorre do contexto em si, considerando que populações rurais, do campo e/ou quilombolas podem ter perspectivas ou interesses parecidos, mas estudos demonstram que o ambiente físico, social, histórico e cultural influencia em suas formações identitárias (Lopes & Carvalho, 2017; Menezes & Sousa, 2017; Santos, Felix & Morais, 2012).

A população juvenil de comunidades em ambiente amazônico é cercada de barreiras líquidas e permeada por florestas, cuja distância geográfica dos centros urbanos enfrenta correntezas, períodos chuvosos ou secos. Além dessas barreiras naturais, há outras, como as educacionais, socioeconômicas e políticas, conforme estudo desenvolvido por Ruzany, Moura e Meirelles (2012) com adolescentes e jovens de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável em Mamirauá, município de Tefé no Amazonas-Brasil. Diante dessas limitações, nos

indagamos se os jovens moradores de comunidades se consideram como habitantes de um "território periférico", marginal ou invisível (Fischer, 2014; Lacaz, Lima & Heckert, 2015).

Os locais podem ser “[...] altamente significantes para certos indivíduos e grupos [...]” (Tuan, 1983, p. 180), esses locais podem ser naturais ou construídos por pessoas, estando impregnados por seus elementos simbólicos, suas motivações, seus anseios, suas emoções e do que os supre em relação a suas necessidades de habitação e segurança (Tuan, 1983). Assim, jovens quer sejam de zona rural, do campo, quilombolas, caboclos, indígenas quer sejam ribeirinhos/as podem ter inculcidos o que o lugar proporcionou para a formação de suas identidades.

Em se tratando de formação da identidade, o período da juventude, carrega em si as vivências de acordo com os locais, e considera as expectativas e exigências da sociedade em termos de formação profissional, trabalho, casamentos e maturidade, um tempo que pode gerar instabilidade, sobre o qual Coelho e Estramiana (2014) consideraram como um alongamento da condição juvenil.

2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, PSICOLOGIA AMBIENTAL E O CONTEXTO AMAZÔNICO

⁷Vida ribeirinha é assim: Nosso rio, nossa rua [...] [...] O peixe desova, renovando os cardumes, vibra o ribeirinho renovando seus costumes. Habitar suas margens, nadar em seus leitos, remar, navegar, pescar, viver mirando a beira do rio. (Batista, 2012).

O presente estudo aborda questões relacionadas à produção de sentidos das relações estabelecidas e experiências vividas, no universo das comunidades ribeirinhas, em seu contexto amazônico. Nessa perspectiva, a teoria das Representações Sociais (TRS) se mostra como abordagem teórico-metodológica que mais se aproxima das questões aqui focalizadas, por sua importância quanto à compreensão dos sujeitos em seu meio social diferenciado, às formas de comunicação, (como se comunicar e o que comunicam), à construção das suas subjetividades, elementos identitários e suas representações acerca do lugar em que habitam (Jodelet, 2009; Jovchelovitch, 2008; Menandro, Trindade & Almeida, 2010; Moscovici, 2003; Palmonari & Cerrato, 2011).

Segundo Moscovici (1978), representações sociais são uma "modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos" (p. 26). São ainda

um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originado na vida diária, no curso de comunicações interindividuais. São o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; pode-se dizer mesmo que são a versão contemporânea do senso comum (Moscovici, 1981, p.181).

A Teoria das Representações Sociais se baseia em um paradigma que integra a crença de que o ser humano é um agente ativo e conhecedor, inseparável das relações sociais e históricas, as quais são resultantes de sua atividade cognitiva em sociedade. Assim, o indivíduo

⁷ <https://www.encantocaboclo.com.br/2012/10/vida-ribeirinha-jorge-da-costa-batista.html>

é visto como um agente que influencia e é influenciado pelas percepções que ele mesmo cria (Vala, 1993a).

Ao referir-se às representações, Abric (2001) afirmou que funcionam “como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com seu ambiente físico e social, e que determinará seus comportamentos ou suas práticas” (p.13). Sendo assim, orientam nossas ações e relações sociais. O autor descreve como funções das representações a função de saber, a partir da atribuição de sentido aos objetos e acontecimentos, de acordo com os valores do indivíduo ou grupo, o que facilita a comunicação; a função identitária, pois contribuem para a definição e proteção da identidade dos indivíduos e grupos; a função de orientação, visto que servem de guias para os comportamentos e práticas e a função justificadora, sendo usadas para avaliar, explicar e justificar as ações com base em crenças e valores cultivados.

A função identitária das representações sociais nos interessa especialmente pois se refere à forma como as representações ajudam os indivíduos a proteger sua autoimagem e identidade social. Funcionam como uma espécie de escudo protetor, ajudando as pessoas a enfrentar as ameaças à sua identidade e a manter sua autoestima e senso de pertencimento social. Sobre a relação entre representações sociais e processos de construção identitária, Jovchelovitch (2000) afirma que a construção de representações sociais implica tanto em estabelecer uma identidade quanto em dar uma interpretação à realidade. Dessa forma, quando sujeitos sociais constroem representações, estão buscando se apropriar, compreender e dar sentido à realidade. Nesse processo, também estão expressando sua identidade e se posicionando no campo social, manifestando como percebem a si mesmos e aos outros. “As representações sociais, portanto, expressam a identidade de quem está envolvido no trabalho representacional” (p.177).

O uso e aplicação da Teoria das Representações Sociais tem sido recorrente nas investigações tanto na área da Psicologia, da Psicologia Social como em outras áreas do conhecimento (Jodelet, 2009; Jovchelovitch, 2004; Menandro et al, 2010; Moscovici, 1978,

2003; Polli & Kuhnen, 2011, Santos et al., 2012) por se ocupar do estudo das práticas sociais, atividades do cotidiano, interações e representações simbólicas, ideias, valores, crenças e/ou pensamentos compartilhados por sujeitos, grupos, comunidades ou instituições em seus diferentes contextos.

Moscovici considera que as representações sociais (RS) são formadas e transformadas por dois processos importantes e indissociáveis que denominou como objetivação e ancoragem, presentes na realidade psicossocial (Chaves & Silva, 2013; Doise, 2002; Moscovici, 1978; Vala, 1993a).

A objetivação refere-se aos componentes da representação de abstrações que se tornam palpáveis ou se materializam a partir das informações recebidas que vão sendo digeridas, se organizando e, aos poucos, se tornam conhecidos pelos sujeitos e grupo. A finalidade desse processo é trazer para a realidade o produto das abstrações, os pensamentos e ideias dos sujeitos (Trindade, Santos & Almeida, 2019; Vala, 1993b) ou “um esquema conceitual” (Moscovici, 1978, p.110). Para Chaves e Silva (2013), a objetivação preenche “a defasagem entre a representação e o que ela representa” (p. 426).

Assim, chega-se à compreensão do segundo processo subjacente à formação da TRS, denominado de ancoragem, que ocorre a partir do processamento, da incorporação gradativa e do ajustamento, seja de objetos, de hábitos seja de costumes ao sistema de crenças já existentes de um sujeito ou grupo social (Trindade et al, 2019; Vala, 1993b). Em sua essência, a ancoragem torna possível a objetivação por apresentar “pontos de referência” que vão dar sentido a um fenômeno, ou, conforme relatado por Vala (1993b, p.362) “uma representação social é um código de interpretação no qual ancora o não familiar, o desconhecido, o imprevisto”.

Esses dois processos, objetivação e ancoragem, contribuirão para dar direção a (re) construção das representações e imagens associadas às populações jovens ribeirinhas, o modo

de vida, aos (pré) conceitos conhecidos e saberes que ali se produzem, se incorporam e se materializam em suas vivências diárias. Assim, através das lentes da TRS, nos propusemos a conhecer uma parte da realidade amazônica brasileira que, de maneira peculiar, se põe e contrapõe diante das realidades globais existentes.

Registros indicam que o início das publicações no Brasil sobre Representação Social ocorreu na década de 60, com a investigação de estudiosos de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG), sobre análise das representações de saúde e doença. Em 1980, Jodelet visita o Brasil e participa da Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), representando assim uma força impulsionadora para que pesquisadores brasileiros aderissem ao aporte teórico das Representações Sociais em suas investigações (Arruda, 1998; Sá & Arruda, 2000 *Apud* Collares-da-Rocha, Wolter & Wachelke, 2016), Isso representou um marco na história da Psicologia Social no Brasil.

O estudo realizado por Collares-da-Rocha, Wolter e Wachelke (2016), em relação à publicações de artigos, na Revista Psicologia & Sociedade, sobre o uso das RS no período de 2006-2015, destacou que houve um aumento significativo, nas décadas de 2006-2015, em comparação à 1996-2005, e apontou que as temáticas mais investigadas foram: “Saúde (20%), Cultura (15%), Grupos Sociais (13%), Educação (11%), Violência (11%), Justiça (9%), Identidade (6,5%), Trabalho, Religião e Sociedade (4%) e Meio ambiente (2%)” (p. 585). Nota-se, assim, o interesse de estudos embasados pela TRS em múltiplas áreas e subáreas da psicologia e possíveis diálogos teórico-metodológicos já abordados e que podem ser aprofundados.

No presente estudo, a Teoria das Representações Sociais como abordagem teórico-metodológica contribuiu para nortear a compreensão sobre as formas como as pessoas comunicam, partilham suas ideias entre/para si, se percebem em seus momentos de vida em

comunidade e se inter-relacionam nos seus contextos físicos, ambientais, culturais, históricos e sociais, ou seja, fenômenos psíquicos e sociais que se entrelaçam num processo de reciprocidade, pelo qual, as representações sociais explicam, expressam e dão voz ao conhecimento, “saberes” e “acontecimentos” do senso comum (Menandro et al, 2010 [p.56]; Jovchelovitch, 2008; Moscovici, 2003).

Ao estudar sobre contextos específicos, como os das comunidades ribeirinhas amazônicas, verifica-se a existência da dicotomia entre distinção e semelhança, num mesmo espaço, a partir da dinamicidade e instabilidade como o do movimento das águas dos rios e do movimento da vida. Consideram-se distinção por conterem especificidades em relação ao contexto de sua localidade próximas aos rios e serem diferentes de contextos rurais ou campesinatos de outras regiões do país, de outros saberes tradicionais e de outras culturas historicamente intrínsecas ao modo de vida ribeirinha. As semelhanças dizem respeito a um espaço onde pessoas interagem, dialogam, comunicam, formam e transformam sistemas de crenças e representações que compartilham entre si (Jodelet, 2015; Moscovici, 2003).

Além do fato de morarem entre o rio e a terra alagadiça (ora em terra, ora sobre as águas), muitas comunidades ribeirinhas estão embrenhadas nas matas e florestas, algumas mais próximas do rio Solimões (na orla ou entorno) e outras imersas na imensidão do espaço amazônico, sem demarcação ou identificação visual, onde é preciso entrar por caminhos estreitos e sinuosos. Provavelmente não está se descrevendo algo novo, mas tais realidades podem indicar caminhos circunstanciais, provisórios ou imposições sociais, para além da ocupação das espacialidades (Tiago & Higuchi, 2016).

Foi nosso intuito apresentar aspectos das comunidades ribeirinhas a partir de nosso olhar próximo às mazelas sociais e aquém do que realmente é ou pode se conhecer o mundo vivido a partir do olhar e das experiências de quem vive nesse lugar natural e visivelmente exuberante e ao mesmo tempo invisível (Jovchelovitch, 2008). Desses caminhos desconhecidos, emergiram

questões que podem revelar outros aspectos neste estudo, como as seguintes: as matas e lugares mais inacessíveis são capazes de servir como proteção para os/as comunitários e/ou ao mesmo tempo uma defesa, isolamento, afastamento ou distanciamento social de outras comunidades? E o que os faz habitar e ocupar um espaço afastado da zona urbana, onde a vida parece apresentar acessibilidade e possibilidades de melhores condições de vida? O que pensam e como eles/as se percebem vivendo nessas comunidades? E os/as jovens ribeirinhos/as como se sentem dentro das comunidades e em relação a outros/as jovens de outras comunidades e contextos?

Essas e outras averiguações surgiram no escopo deste trabalho a fim de descrever e entender a indissociabilidade e interdependência das relações/vínculos sociais e contexto histórico-cultural e o que se constrói ou emerge da realidade a ser apresentada, tendo como base a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1978, 2003; Pereira & Soares, 2003; Vala, 1996b). Para Moscovici (2003), tanto as representações como categorias e conceitos são entendidas como sociais e uma de suas proposituras reflete bem essa afirmação quando diz “as Representações Sociais do senso comum são sociais e culturais como devem ser todos os conhecimentos populares” (p.18).

Reis e Belline (2010) utilizaram a TRS para discutir e analisar as mudanças ambientais ocorridas a partir da implantação de duas represas nas Bacias hidrográficas do Rio Cuiabá/MT e Rio Paraná/PR (Represa do Manso e Represa Primavera, respectivamente). Para os/as ribeirinhos/as (dentre eles uma parte da população é constituída por jovens) das comunidades próximas às represas, mesmo com alterações e impactos socioambientais, observou-se como resultados das representações, o que as autoras denominaram de três tipos divergentes de ocorrências: a) relação negativa (88%), b) associativo-negativa (8,5%) e c) associativa (4%). A relação negativa correspondeu as ações que causaram danos irreparáveis ao meio ambiente; a associativo-negativa considerou a dualidade das ações, ao mesmo tempo “benéficas e

prejudiciais ao ambiente e não aprovaram os danos causados pela represa” (p. 169) e a associativa em que, fazendo um balanço das ações, o que pesou mais, apesar dos impactos ambientais, foram as ações que beneficiam o ser humano.

Ao investigarem as representações sociais sobre o meio rural e urbano de 40 jovens filhos de agricultores e moradores na área rural dos municípios do Alto Uruguai Gaúcho (RS), Biasus e Branco (2013) notaram que, de forma geral, o meio urbano se apresentou como mais positivo em relação ao meio rural. Para os jovens, o meio rural foi representado como agricultura e tranquilidade, aspectos voltados para a questão da aquisição de renda das famílias e um modo tranquilo de se viver. Em contrapartida, o meio urbano apesar de apresentar pontos negativos como “perigoso, estressante e desafiador” (p. 34), sobressaiu para os jovens como “algo idealizado” e “atrativo” (p.34), e apontou para a intenção dos jovens em migrarem em busca de qualidade de vida e outras perspectivas voltadas ao futuro profissional. Os mesmos autores consideraram isso como um marco para as investigações voltadas para o ambiente rural.

Os estudos relacionados às representações sociais sobre Juventudes têm se disposto a dialogar com populações de distintos contextos e faixas etárias, a saber, adolescentes e adultos, como foi proposto por Santos, Félix e Moraes (2012) que pesquisaram sobre os povos quilombolas, cujos achados apontaram que os discursos dos adolescentes consideraram a juventude como “aumento da responsabilidade comparado com a infância” (p.531) e, para os adultos, a juventude é vista como “incompletude e imaturidade” (p.531). Para ambos, os grupos sobressaem como “marcadores e práticas típicas” entre os adolescentes que culminam para a juventude, “o início da vida afetivo-sexual, o divertimento, participação em festas, e consumo de bebidas” (p.531). Assim, em cada lugar e em cada cultura, as representações se produzem e (re) produzem sentidos geradas pela comunicação, partilha dos pensamentos, das subjetividades, das trocas simbólicas e materiais (Martins, Trindade & Almeida, 2003; Marques et al, 2020; Menandro et al, 2010; Silva & Costa, 2021; Victoria, 2012).

Ao considerar que as populações ribeirinhas se inserem em uma realidade com particularidades e aspectos sociais e geográficos diferenciados, em razão de habitarem em extensa área territorial entre florestas e rios ou margeados por estes, em que suas principais vias de acesso a outras comunidades e áreas urbanas são fluviais, nosso interesse se direcionou para aspectos de suas vivências que refletem a indissociabilidade sujeito-ambiente natural, histórico-cultural e psicossocial.

Diante desse quadro, interessamo-nos por conhecer como pessoas jovens, vivendo em situações cercadas de adversidades, de modos de vida simples (hábitos de moradia, alimentares e higiene, por exemplo) com acesso ao mundo externo de modo precário (via televisão e celular), dialogam, pensam e se comportam em relação ao seu lugar considerando sua condição juvenil.

E, nesse ponto, mais questões puderam ser levantadas: como os/as jovens ribeirinhos/as em plena era virtual (possivelmente uma realidade não acessada e vivida por eles de maneira habitual) lidam com as tradições culturais da comunidade e o desejo de viver sua liberdade dentro ou fora do lugar onde habitam? Quais as estratégias utilizadas ou pensadas para alterar ou permanecer as/nas condições em que se encontram? Haverá disposições e conflitos mentais que interfiram em sua maneira de pensar?

Como assinala Jodelet (2002), é a partir da interação em comunidade que aprendemos a respeito da vida e como viver. Esse aprendizado envolve desde o idioma que falamos, a maneira que nos relacionamos, pensamos e nos comportamos, e é nossa referência de mundo físico, social e psicológico. E assim conhecemos o outro, nos damos a conhecer e formamos a identidade.

Em estudo preliminar com jovens e adolescentes, em diferentes espaços e transculturalidade, como grupos de danças (cultura e lazer), grupos religiosos (encontro, informações e formação de crenças) e territórios ribeirinhos e indígenas, Oesselmann et al,

(2004) observaram os “percursos formativos vivenciados” por esse público, além dos espaços formais como escola e trabalho. Nesse estudo, (Oesselmann et al, 2004) ficou demonstrado como os/as jovens e adolescentes são atravessados/as por mudanças sociais, políticas e culturais que ocorrem na sociedade e estabelece/consolida o processo de suas identidades.

Como contribuição teórica da Psicologia Ambiental, pode-se recorrer ao conceito de identidade de lugar, no qual se identifica a consideração da importância dos lugares em que se vive para construção da identidade social. Pontua-se que os sujeitos ou grupos têm sua existência localizada em espaços socio físicos. Nesse caso é importante articular os aspectos espaciais àqueles vinculados a sua história de vida. O desenvolvimento da identidade de lugar pode ter efeitos positivos para a autoestima e para a percepção de pertencimento e possibilidade de expressão de sua subjetividade (Mourão & Cavalcante, 2011).

As pessoas vivem em lugares que os modificam e são modificadas por eles (Fischer, 1994). Nessa interação pessoa-ambiente, além de transformarem os lugares, formam também suas identidades. De acordo com Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983), que são os precursores sobre a identidade de lugar como subestrutura da identidade pessoal, o lugar é um componente tanto físico como social.

Vale ressaltar que estudos posteriores ampliam a discussão teórica-metodológica e o estado da arte sobre o constructo identidade de lugar (Zacarias & Higuchi, 2021) e o apontam como relevante na contribuição “[...] para proposição que otimizem relação pessoa-ambiente [...] e na compreensão de aspectos da própria identidade da pessoa que resultem em interações com outros seres humanos e não humanos” (p.59). Ressalta-se que as pessoas sempre estarão inseridas em algum espaço e lugar, havendo uma relação intrínseca e interdependente que influencia nossos comportamentos e subjetividades, quer seja em áreas urbanas, quer seja rural, do campo ou ribeirinhas.

Para Elali e Medeiros (2011), estão presentes, na relação do ser humano com os ambientes, três dimensões que traduzem o apego ao lugar ou vínculo com o lugar, a saber: funcional, simbólica e relacional. A primeira trata de como é utilizado o lugar e como afeta o comportamento dos seus ocupantes em termos das sensações; a segunda contém as memórias, as experiências vividas e o conhecimento acerca do lugar e a terceira, como a pessoa se sente por conta dos relacionamentos pessoais desenvolvidos, da questão do sentimento de pertencer ou não ao lugar.

Ainda são incipientes os estudos sobre processos identitários de povos como as comunidades ribeirinhas, porém, vislumbram-se resultados analisados com outros povos, a exemplo da produção acadêmica relevante com mulheres ciganas e rurais em que identificaram “representações mediada por sistemas de crenças que produziam a identidade de oposição [...]” (Bonomo, Trindade, Souza & Coutinho, 2008, p. 179) e, apesar das divergências culturais, também apresentaram a “identidade de mulheres, compartilhada por ambos os grupos” (Bonomo et al, 2008, p. 179).

O que conhecemos sobre os ribeirinhos, por meio de produções acadêmicas aqui mencionadas, relatos de experiências, contato com alguns comunitários em ambiente acadêmico, em conversas informais, durante as viagens em embarcações fluviais, visitas a algumas comunidades, que permeiam as relações sociais (pessoais e profissionais), é insipiente para designar-lhes uma única identidade social. E aqui nos propomos a embarcar e nos aprofundar em parte dessa realidade vista, sentida, percebida e pensada por eles.

E assim, considerando que tanto a TRS quanto a Psicologia Ambiental representam, se preocupam com os saberes produzidos e partilhados no senso comum, atuamos com a pretensão de abrir espaços e caminhos, chegar às comunidades ribeirinhas, permitindo o fluir de suas abstrações, pensamentos e sentidos sobre si em relação com o outro e outros.

3 OBJETIVOS

Como foco central, este estudo abarcou as representações sociais de jovens sobre as comunidades ribeirinhas em que vivem e as possíveis articulações dessas representações com a constituição de sua identidade de lugar.

Foram definidos como objetivos específicos:

1. Caracterizar as comunidades ribeirinhas em seu contexto histórico, psicossocial, econômico e ambiental;
2. Descrever as condições de vida dos jovens ribeirinhos referentes ao trabalho/renda, à saúde, ao lazer à educação e à moradia;
3. Aprender, a partir de relatos de jovens ribeirinhos/as do Amazonas, suas representações sociais, relacionando-as ao seu contexto psicossocial, econômico e cultural;
4. Aprender, a partir de relatos de jovens habitantes de comunidades ribeirinhas do Amazonas, elementos constituintes de sua identidade de lugar;
5. Articular representações sociais de comunidade com identidade de lugar.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Na última divisão regional do Brasil realizada pelo IBGE (2017), o estado do Amazonas (AM) passou a ser composto por 4 mesorregiões, denominadas Norte, Sudoeste, Centro e Sul Amazonense. O estado do Amazonas possui 62 municípios (incluindo a capital Manaus), com área territorial de 1.559.167.878 Km².

Conforme último censo do IBGE (2010), os dados mostram que a população do Amazonas totalizava 3.483.985 pessoas e, em 2021, essa ⁸população foi estimada em 4.269.995 pessoas, representando um aumento de 22,56%, constituída pelos seguintes grupos étnicos: amarelos (0,3%), negros (3,1%), indígenas (4,0%), brancos (24,2%) e pardos ou mestiços (66,9%). A maioria dos habitantes do estado do Amazonas mora em centros urbanos (2.755.490; 79%) e, desse total, (1.802.014) aproximadamente 52,91% da população habita na capital Manaus e a parcela que vive na zona rural representa 21% (728.495). A escolha das pessoas pela vivência na área urbana ocorre principalmente pelos serviços e facilidades da vida moderna existentes, que, de maneira inversa, são precários ou inexistentes nas áreas rurais.

Elegemos como foco desse estudo um conjunto de comunidades que compõem o município de Coari-Amazonas, localizado a 463 km da capital Manaus, por via fluvial, e 363 km, em linha reta, que vivem em condições ambientais, socioculturais e políticas imbricadas por subjetividades diferenciadas das populações urbanas.

O município de Coari está localizado na mesorregião do Centro Amazonense - código 006, formada por 06 (seis) microrregiões e tem em sua composição um total de 30 (trinta) municípios. A cidade de Coari é uma das seis microrregiões (conhecida ainda hoje como região

⁸ Dados do IBGE intitulado com Estimativas da população residente no Brasil e Unidade da federação com data de referência em 1º de julho de 2021. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/POP2021_20221212.pdf

do médio Solimões) e está constituída por mais 05 (cinco) municípios, a saber: Anamá, Anori, Beruri, Caapiranga e Codajás, todos interligados fluvialmente, uma das características de transporte e acesso dessa região.

A cidade de Coari é considerada o quinto município mais populoso do Estado do Amazonas (Figura 1), possui uma área territorial de 57.970.768 km² (IBGE, 2010), com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 2016, de 0,586 conforme IBGE (2017); a renda per capita era de R\$ 13.520,93, sendo 83,4% oriunda de fontes externas, como por exemplo, da Empresa Petrobrás. Demograficamente, dados do IBGE (2010) revelam que a população era de 75.965 habitantes, dos quais 24.586 pessoas eram jovens na faixa de 15 a 29 anos, representando mais de 32% da população.

Figura 1 – Imagem aérea do município de Coari - AM.



Fonte: www.aleam.gov.br, 2020

Para o presente estudo, obteve-se o apoio da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) e, para falar em saúde, destaca-se que nas comunidades ribeirinhas, em geral, estão inseridos os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) como elo que tratam de serviços relacionados a

agendamento de consultas, acesso a remédios e informação sobre campanhas de vacinação, entre outros, uma vez que não há nenhum posto ou hospital nas comunidades.

A dimensão da saúde é aqui enfatizada como um dos aspectos básicos da população ribeirinha. Não se pode negar as limitações em abarcar todas as dimensões da vida ribeirinha, mas, entende-se a necessidade de ampliar o conhecimento sobre esse e outros aspectos relevantes das vivências sociais através das lentes da Psicologia Social.

Antes, porém, de chegar às comunidades, vale ressaltar o trajeto da capital Manaus para a cidade de Coari e de Coari para Manaus que ocorre por meio de dois tipos de transportes, o fluvial e a via aérea. Por via fluvial, o mais utilizado na região, por conta da extensão do rio, há dois tipos de embarcações que são mais comuns e conhecidos como barcos de linha e lanchas rápidas e, por via aérea, o transporte é realizado em ⁹aeronaves comerciais. No trajeto de Manaus-Coari e Coari-Manaus, inexistente a conexão por via terrestre, a espacialidade fluvial domina o percurso e as opções de transporte se tornam restritas.

Os barcos de linha (Figura 2) transportam pessoas, mercadorias, carros, motos e móveis (em caso de mudanças, essas ficam no porão). As pessoas se acomodam em redes e são disponibilizados camarotes, tipo suíte, onde os passageiros ficam em área privada com acesso a outras áreas da embarcação. Os barcos têm refeitório e oferecem refeições como café da manhã, almoço e jantar (de acordo do tempo de viagem e inclusos no valor da passagem).

A viagem de Manaus para Coari nos barcos dura em torno de 28 horas, pois vai subindo o rio contra a correnteza e o tempo percorrido depende da época do ano. Na enchente ou cheia, vai mais rápido e, na época da vazante ou seca, é mais devagar. O tempo de viagem de Coari para Manaus dura aproximadamente de 18 horas, pois a embarcação desce no sentido da

⁹ Os valores considerados exorbitantes dizem respeito ao segundo semestre do ano de 2022, chegando a ser comparado com valores de viagens nacionais e internacionais.

correnteza do rio. Os passageiros dos barcos têm espaço para acomodar-se nas redes, e as bagagens e os pertences ficam embaixo das redes, sendo cada passageiro responsável. Os barcos também dispõem de lanchonetes (oferecem lanches pagos) e banheiros. Os valores das passagens giram em torno de setenta a cento e vinte reais (depende da empresa, do dia da semana e da época do ano, pois em épocas festivas costumam sofrer aumento).

Figura 2 - Barco com trajeto Coari - Manaus e Manaus – Coari - AM.



Fonte: Arquivos da Pesquisadora, 2016.

Nas lanchas rápidas, o espaço para acomodação dos passageiros é em poltronas (geralmente são assentos numerados), não há espaço para redes, as bagagens e pertences ficam em bagageiro da lancha (porão) ou, se for algum pertence de pequeno porte, fica em posse do próprio passageiro.

As lanchas (Figura 3) fazem transporte de passageiros e não aceitam transporte de animais. São equipadas com telões para se poder assistir aos filmes selecionados pela direção da lancha e oferecidas refeições de acordo com horário (café da manhã, almoço ou jantar), há ainda serviço de bordo (dispõe de lanchonete, caso o passageiro não queira a refeição servida e inclusa no valor da passagem). A duração da viagem é aproximadamente de oito horas

(dependendo da potência dos motores) em ambiente climatizado. Há também banheiros e serviços de wi-fi (com cobrança de taxa, em 2022 o valor era de R\$ 10,00 [Des reais]), e os ¹⁰valores das passagens giram em torno de duzentos e vinte reais a trezentos e cinquenta reais (depende do trajeto – ida ou volta - e da empresa), os pagamentos aceitos são: por dinheiro, pix, débito ou crédito. Nota-se que é uma opção de transporte mais rápido, no entanto, os valores não são acessíveis à população com menos poder aquisitivo, porém as viagens são sistemáticas, ocorrem diariamente por mais de uma empresa.

Figura 3 - Lancha rápida com trajeto Coari - Manaus e Manaus-Coari – AM.



Fonte: Arquivos da Pesquisadora, 2020.

Os transportes aéreos de cidades do Amazonas são de médio porte com capacidade para até quarenta passageiros. O trajeto Manaus-Coari e Coari-Manaus, durante o período de 2018-2020, era operado pela empresa MAP Linhas Aéreas. Após esse período, a empresa Azul Linhas Aéreas assumiu voos somente duas vezes na semana. A duração da viagem é em torno de uma hora e trinta e cinco minutos e os valores podem chegar a mais de mil reais por passageiro.

¹⁰ Os valores mencionados são relativos ao segundo semestre do ano de 2022 e equivalia a mais de 20% do valor do salário-mínimo que era de R\$ 1.212,00 (Hum mil, duzentos e doze reais).

Há também outras empresas de pequeno porte (Figura 4) cujos voos são fretados com capacidade de até sete passageiros que efetuam serviços tanto para órgãos públicos das esferas municipais, estaduais e federal como também para particulares e de acordo com a necessidade de cada público.

Mesmo que não seja o foco do estudo, vale ressaltar que, em relação ao transporte aéreo, logo após o período da coleta de dados e no início da pandemia do COVID-19 (2020), os voos comerciais e particulares foram suspensos por conta de medidas sanitárias impostas como o distanciamento/isolamento social para evitar o avanço do contágio, sendo impraticável o retorno da pesquisadora ao campo de pesquisa. Em razão da demanda de saúde para os serviços essenciais, tais como transferência de pacientes/usuários com quadro grave de saúde para tratamento na capital, Manaus, entrega de medicações, materiais e equipamentos, houve o retorno dos voos sendo permitido e necessário apenas para as situações referidas.

Figura 4 - Avião comercial com trajeto Manaus - Coari e Coari – Manaus - AM.



Fonte: Arquivos da Pesquisadora, 2020.

Em função das especificidades das comunidades ribeirinhas da região do médio Solimões no Amazonas, o estudo se caracteriza como qualitativo e quantitativo (Minayo, 2012), e adotou-se a abordagem multimétodos ou métodos mistos (Creswell, 2007; Gunther et al,

2011) uma vez que a coleta e análises de dados quantitativos e qualitativos foram incorporadas. Cada técnica contribuiu para conhecer e apreender, ao mesmo tempo, a simplicidade e a complexidade de ser morador nas comunidades ao ouvir cada participante, observar seu modo de viver e suas relações com o lugar, conhecer suas formas espaciais, sociais, culturais, econômicas e até ouvir sobre o desconhecimento da formação das comunidades.

O estudo, desde sua gênese, foi conduzido de forma a enfrentar desafios em vários aspectos: conseguir autorização para a pesquisadora ser aceita junto à equipe do Barco Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF), que tinha um cronograma e equipe definidos anualmente; percorrer a viagem de barco em um trajeto desconhecido para as visitas nas comunidades (algumas vezes o barco adentrava as matas e florestas, outras vezes saíamos do barco após a coleta para conhecer o lugar); realizar as entrevistas dentro e fora da embarcação com gravações e registros audiovisuais, e, ainda, anotar em diário de campo e realizar observação participativa que configuraram uma imersão no campo.

4.1 FONTES DE DADOS

Contatos com cinco (05) gestores/as das seguintes instituições: Centro de Referência Especializada e Assistência Social (CREAS); Departamento de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA); Unidade Básica de Saúde Ribeirinha; Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer e; Casa do Cidadão do município de Coari-AM.

Trinta e um (31) jovens moradores nascidos ou não nas comunidades ribeirinhas que se disponibilizaram a responder espontaneamente à entrevista, considerando o critério da acessibilidade (Freire, 2021).

Primeiramente foi realizada uma aproximação com o campo para obtenção de informações por parte de gestores e de acesso a dados documentais que permitissem uma

caracterização inicial da comunidade e de algumas características importantes para subsidiar a coleta e análise dos dados posteriores.

O contato inicial com o campo ocorreu no primeiro semestre do curso de doutorado em 2018 (por telefone) e os contatos presenciais aconteceram no primeiro semestre de 2019 para estabelecimento de canal formal e informal de comunicações com órgãos públicos para posteriormente nortear e respaldarem as idas oficiais da pesquisadora às comunidades ribeirinhas subsequentes à aprovação do Comitê de Ética da UFES.

Por considerar que órgãos públicos dispõem de cadastros da população, em geral, (urbana/rural) e oferecem serviços que são acessados, cuja abrangência envolve todas as faixas etárias em diversos segmentos e com a finalidade de conseguir informações oficiais sobre os moradores de comunidades ribeirinhas, foram contatados o ¹¹Centro de Referência Especializada e Assistência Social (CREAS), o Departamento de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA [visita presencial em 05/02/2019]), a ¹²Unidade Básica de Saúde Ribeirinha (visita presencial em 05/02/2019 com a Direção), a Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer (visita presencial em 06/02/2019), que forneceu documentos sobre quantitativo do Censo Escolar do ano de 2018, e a Instrução Normativa N^o 09/2018 que orienta procedimentos para a operacionalização de Correção de Fluxo Escolar do Ensino Fundamental, por meio do Projeto Avançar e a ¹³Casa do Cidadão (visita presencial em 06/02/2019) do município de Coari-AM.

Assim, durante o mês de fevereiro/2019, fez-se a incursão ao campo, primordialmente ao Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), e neste houve a indicação de visita a um projeto chamado “O Barco cidadão” sob a coordenação da Secretaria

¹¹ Visita presencial em 04/02/2019 para averiguar se existia registros e/ou informações sobre a população jovem ribeirinha.

¹² Visita por indicação do CREAS para verificar a existência de informações sobre a população alvo.

¹³ Visita por indicação da SEMSA.

de Saúde do Município (SEMSA), onde poderia obter informações pertinentes à população ribeirinha.

Na SEMSA, obteve-se informações primárias sobre a existência não de um projeto, mas de uma UBSF (Figura 5), que realizava visitas periódicas às comunidades ribeirinhas, estabelecidas em calendário anual dessa Secretaria em parcerias com outras Secretarias, como a de Educação e da Juventude, Esporte e Lazer e a Casa do Cidadão. Tomou-se conhecimento sobre as viagens, em que a tripulação era composta por equipe de saúde que oferecia atendimentos odontológicos, coleta de exames laboratoriais, vacinação, palestra de educação em saúde e serviços ao cidadão como emissão de segunda via de documentos, Registro Civil (RG) e Comprovante Pessoa Física (CPF). Essas visitas alcançavam as comunidades ribeirinhas, nas quais, o atendimento ocorria mensalmente por períodos de 15 (quinze) dias corridos, geralmente uma vez ao ano em cada grupo de comunidades, cujas localizações eram próximas umas das outras.

Segundo a coordenação da UBSF, existem 7 (sete) ¹⁴calhas de rio, representando um mapa fluvial (percursos dos rios) distribuídos em microrregiões com suas especificidades regionais. De acordo com a coordenação do departamento de atenção básica da Secretaria de Saúde, órgão responsável pelo Barco UBSF, havia uma programação anual para visitas mensais às comunidades durante o período de janeiro a novembro, dependendo das ¹⁵condições climáticas, disponibilidade de recursos humano e material. Durante o ano, foram realizadas aproximadamente doze (12) visitas por conta da sazonalidade dos rios, pois, mesmo sendo organizadas dentro de um cronograma, se à época, as condições climáticas (com chuvas intensas ou seca que impedisse o Barco chegar até a comunidade com risco de encalhar) não

¹⁴ É um canal por onde passam as águas.

¹⁵ Algumas áreas só podem ser visitadas no primeiro semestre devido ao período de chuva (geralmente a enchente/cheia acontece de outubro a maio de cada ano)

permitissem a chegada da UBSF às comunidades poderia não ter o atendimento, então a instituição esforçava-se para cumprir o cronograma.

Adicionalmente foi recebida a informação de que, na inexistência de postos de saúde nas comunidades, existia uma UBS Ribeirinha localizada no centro de Coari-AM, lugar para o qual a população ribeirinha podia se deslocar para outros atendimentos de saúde, além das ações e visitas periódicas da UBSF. Em casos de urgência/emergência, tratamentos prolongados que necessitam de internação e cirurgias de pequeno porte, há o encaminhamento para o um único Hospital geral da cidade de Coari-AM e as questões que envolvem alta complexidade são direcionadas para a capital Manaus. Nessa UBS, a coordenadora apresentou dados estatísticos de atendimentos mensais (em torno de 380 atendimentos a mulheres grávidas, palestras sobre DST's e Projeto Cegonha, dentre outros serviços de atenção básica).

Assim, seguiram-se as visitas às Secretarias de Educação e de Esporte e Lazer, que se mostraram receptivas e informaram ainda não ter qualquer atendimento estabelecido à população ribeirinha, mas ensejava esforços em elaborar projetos a serem implantados nas comunidades. Forneceram dados documentais sobre o quantitativo do Censo Escolar do ano de 2018 e a Instrução Normativa N°. 09/2018, que orienta procedimentos para a operacionalização de Correção de Fluxo Escolar do Ensino Fundamental, por meio do Projeto Avançar. Por fim, estabeleceu-se contato com a Casa do Cidadão, que tem como uma das atribuições a emissão de documentos como primeira e segunda via da Carteira de Identidade dos cidadãos, onde se pode constatar a ausência de algum direcionamento específico para a população ribeirinha, observados no Relatório de atendimento do programa casa do Cidadão, entregues pela coordenação local, referente aos meses de fevereiro a julho de 2018, dos trabalhos desenvolvidos.

No início das notícias sobre a ¹⁶COVID-19 e tendo em janeiro/2020 a sinalização pela SEMSA de Coari-AM que seria possível participar da viagem de março/2020 (2^a. viagem do ano do Barco UBS Fluvial), a pesquisadora decidiu-se a empreender sua viagem ao campo e assim procedeu.

4.2 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS

A coleta de dados foi efetivada com base primeiramente na realização de observação participante, que foi adaptada do Roteiro (Apêndice A) do estudo sobre os moradores de casas flutuantes (Tiago & Higuchi, 2016). A observação participante permite aos pesquisadores um contato direto com os comunitários em seus espaços de vivência, sendo possível ver, ouvir, presenciar as atividades do cotidiano e obter informações de aspectos da realidade que, de outra forma, não seriam captados (Bauer & Gaskell, 2002; Marconi & Lakatos, 2017).

Com o uso da observação, não só os aspectos físicos e geográficos foram vistos como a estrutura das moradias, os locais de trabalho e lazer, as escolas (Figura 5), as igrejas, os campos de futebol, as plantações e as casas de farinha, mas também os/as participantes em suas casas, aguardando a chegada da UBSF, alguns conversando, outros chegando em canoas com suas famílias (Figura 6), os pescadores retornando com as canoas cheias de peixes (Figura 7), as mulheres com suas crianças aguardando sua vez nas consultas, alguns comunitários mais novos ajudando os mais velhos a se locomover até a UBSF.

¹⁶ COVID-19 foi o nome atribuído à junção de letras que se relacionam a (co)rona (ví)rus (d)isease, trata-se de uma Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV-2) cujo surgimento aconteceu no final do ano de 2019 na cidade de Wuhan na China. Especificamente no dia 11 de março de 2020, a OMS designou a COVID-19 como uma pandemia, devido ao crescente número de infectados em todo o mundo. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>

Figura 5 - Escola em comunidade ribeirinha da Região do Médio Solimões – AM.



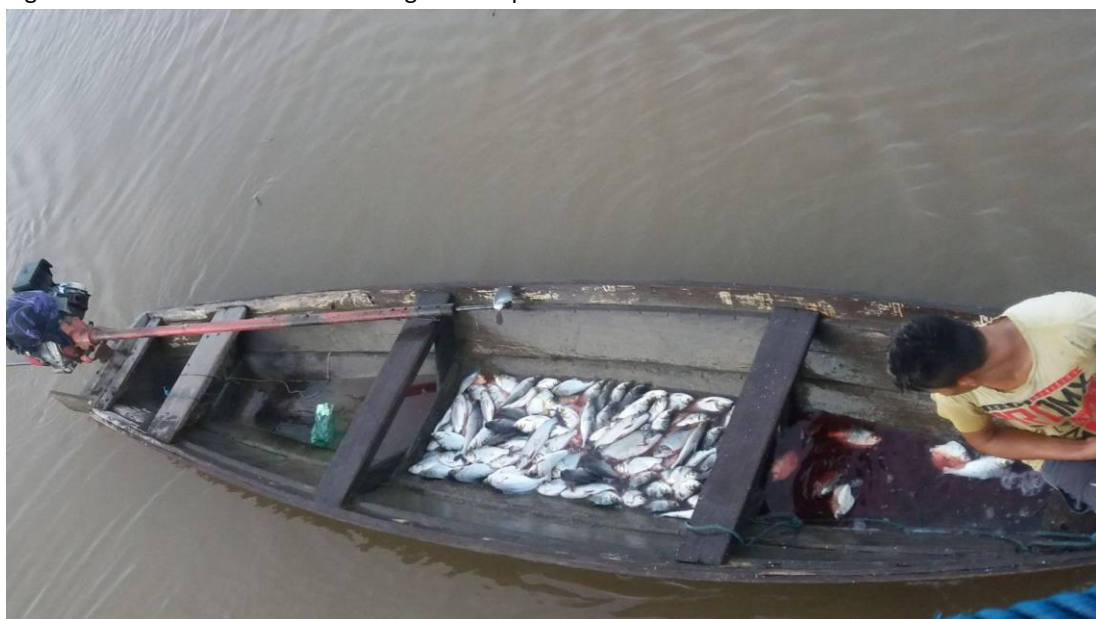
Fonte: Arquivos da Pesquisadora, 2020.

Figura 6 - Famílias de comunitários chegando à UBSF - Médio Solimões - AM.



Fonte: Arquivos da Pesquisadora, 2020.

Figura 7 - Comunitário ribeirinho chegando da pesca - Médio Solimões - AM.



Fonte: Arquivos da Pesquisadora, 2020.

Em segundo lugar, a coleta de dados obteve informações, acessadas via documentos/registros, por informantes institucionais e comunitários. Além do acesso a documentos, utilizou-se, em terceiro lugar, o diário de campo (DC). Tal estratégia serviu para captar aspectos enunciados ou não pelos comunitários, sobre o modo de agir, das interações sociais e do que falam sobre o tema (Creswell, 2007; Cruz Neto, 2001), representando um contato direto no ambiente em que se encontravam. Assim, os registros em diário de campo e audiovisuais serviram como suporte para que a pesquisadora pudesse transpor sua subjetividade (e limitações) e abarcar as formas de comunicação dos participantes. E por fim, a quarta forma de coleta de dados foi a entrevista, com roteiro semiestruturado, adaptado para moradores de comunidades ribeirinhas com base na pesquisa acima mencionada (Tiago & Higuchi, 2016 [Apêndice B]). Foram também realizadas entrevistas com informantes institucionais dos órgãos citados anteriormente (CREAS, SEMSA, SEJEL e Casa do Cidadão).

Entrevistas qualitativas configuram técnica que, segundo Gaskell (2013, p. 65), servem para “mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes [...]”. Essa técnica permite o conhecimento de relações sociais em contextos diferenciados e apresenta a visão individual de

cada participante, propiciando um ambiente em que pesquisadora e entrevistado/a podem dialogar e estes apresentam livremente suas respostas (Bauer & Gaskel, 2002), o que corrobora com Minayo (2012), ao abordar sobre a pesquisa social na observância de aspectos subjetivos dos sujeitos com suas motivações e crenças.

4.3 QUESTÕES ÉTICAS

De posse das informações preliminares, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Espírito Santos (UFES), conforme Resolução CNS 510/2016, para apreciação e aprovação que se encontra no Anexo 1.

Aos moradores que se dispuseram a colaborar na pesquisa, foi explicado o estudo detalhadamente e solicitada a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE [Apêndice C]).

Ressalta-se que o projeto foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado Amazonas (FAPEAM) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

4.4 PARTICIPANTES

Para o contato com o conjunto de jovens que foram convidados/as a participar da pesquisa, obteve-se primeiramente a anuência da Secretaria Municipal de Saúde que, após aprovação formal, inseriu o nome da pesquisadora na tripulação do Barco UBSF. Em seguida, foi selecionada uma amostra por conveniência, buscando considerar o critério de representatividade de pelo menos um componente de cada comunidade visitada. Recorreu-se também ao método bola de neve (Baldin & Munhoz, 2011; Vinuto, 2014), pois se conversava

primeiro com o (a) Agente Comunitário de Saúde (ACS) ou a liderança comunitária para que indicasse um/a participante e a/o participante era solicitado que indicasse o/a próximo/a.

Os participantes do estudo foram jovens moradores de dezoito (18) comunidades das vinte e duas (22) atendidas/visitadas pela UBSF, o que representou 9% sobre o total das existentes (aproximadamente 206).

Como critérios de inclusão, foram considerados jovens de ambos os sexos que residissem em comunidades ribeirinhas, independente de sexo, cor, raça, estado civil ou religião.

A viagem teve duração de quinze dias corridos, no período de 13/03 à 27/03/2020. O barco partiu de Coari-AM para atender, em conformidade com o cronograma 25 (vinte e cinco) comunidades ao longo da calha do rio Solimões. Entretanto, em razão de não ter mais material (medicamentos) suficiente para o atendimento adequado da população, foram efetivamente atendidas 22 (vinte e duas) comunidades.

As entrevistas foram realizadas dentro da UBSF, na sala da aplicação de injetáveis. Quando tal espaço estava ocupado, utilizava-se a sala de vacinas, sempre com a anuência dos responsáveis pelos locais. Em algumas ocasiões, se utilizou como local de entrevista a própria residência do comunitário, desde que isso não causasse constrangimento ou deixasse o (a) entrevistado (a) pouco à vontade.

Mesmo não sendo o foco desse estudo, é importante destacar que após a coleta de dados em campo, tendo retornado à Coari, foi recebida a informação de que todas as viagens fluviais e aéreas para Manaus estavam suspensas por tempo indeterminado em decorrência do reconhecimento mundial da pandemia por COVID-19, o que resultou na permanência da pesquisadora por mais 10 dias em Coari¹⁷ e posteriormente não permitiu o retorno ao campo.

¹⁷ Neste período a pesquisadora juntava-se àqueles que partilharam do fato de desconhecerem o que a doença poderia causar, um misto de sentimentos de medo e angústia e de esperança e fé, sem saber como lidar com as adversidades instaladas naquele período. O fato da instalação da pandemia por conta da COVID-19 culminou na impossibilidade de retorno ao campo para outras informações, caso fosse necessário.

4.5 ANÁLISE DE DADOS

A análise da caracterização sociodemográfica e econômica das comunidades foi elaborada com o auxílio do software Excel, ferramenta desenvolvida pela empresa Microsoft, que permitiu a manipulação estatística e elaboração de tabelas gráficas de dados da população ribeirinha.

A caracterização socioespacial das comunidades ribeirinhas foi realizada pelo conteúdo das entrevistas, juntamente com o suporte fornecido a partir de registros fotográficos, das anotações de diário de campo e da observação participante realizada pela pesquisadora em suas inserções no campo. De posse do corpus formado pelas informações coletadas, estas foram organizadas a partir de análise temática (Silva et al, 2012; Sousa, 2019) e descritas na forma de narrativa que se desenrola recorrendo à literatura pertinente.

Os dados coletados nas entrevistas também serviram para a compreensão da forma de pensar, de comunicar, de se comportar e de se relacionar dos/as jovens. Foram analisados com o auxílio do *software Interface em R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires – Iramuteq*.

O Software Iramuteq é criação de Pierre Ratinaud (Camargo & Justo, 2013; Salviati, 2017) interessado em disponibilizar uma ferramenta de alcance gratuito para análise estatística e textual de conteúdos de entrevistas transcritas, documentos ou outros materiais como relatórios (atualmente pode ser utilizado para conteúdos postados em redes sociais e acessados publicamente ou com autorização), desenvolveu-a como método de tratamento e análise de dados. Esse software apresenta 5 tipos de análise textuais as quais são: [...] Estatísticas textuais, Especificidades e AFC, CHD, Análise de Similitude, Nuvem de Palavras [...] (Salviati, 2017, p. 29). Esse software tem sido amplamente usado nas áreas das Humanidades e Ciências da vida (Camargo & Justo, 2013; Camargo & Justo, 2018; Salviati, 2017).

O Iramuteq trabalhou os dados de maneira quantitativa e qualitativa com o volume textual das entrevistas, sendo o tipo de análise textual mais indicado a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), pela qual, os discursos semelhantes são agrupados e os diferentes são desagrupados, que serviu como subsídio para a pesquisadora interpretar e analisar as representações dos/as jovens ribeirinhos/as acerca de seu lugar de habitação - comunidade ribeirinha - em contexto amazônico.

Os resultados dos dados podem ser apresentados em diversas formas gráficas como tabelas e relatórios de fácil interpretação pelo pesquisador e não o exime de realizá-las de acordo com as bases teóricas escolhidas. Após o tratamento dos dados pelos softwares Excel e Iramuteq, ocorreu a interpretação de acordo com a teoria das Representações Sociais de Moscovici e da Psicologia Ambiental.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Numa tarde qualquer, sentado em uma varanda, um velho ribeirinho, que já não podia pescar, contou-me que o grande amor de um pescador é o rio. Era como se estar nas águas fosse seu sinônimo de amar.

¹⁸(Fontenelle, 2017)

5.1 COMUNIDADES RIBEIRINHAS AMAZÔNICAS

Estudos consistentes sobre o modo de vida das populações tradicionais da Amazônia têm contribuído para conhecimento sobre aspectos sociais, culturais, práticas e saberes nesses territórios outrora desconhecidos (Chaves, 2001; Chaves et al, 2009; Fraxe, Witkoski & Miguez, 2009; Gama et al, 2018; Lira & Chaves, 2016). No entanto, percebe-se, existem outros aspectos que demandam análises, como na área da Psicologia Social, que tem sido desafiada não somente teórica, mas também, metodologicamente, no exercício da Profissão no tocante ao estudo dos processos psicossociais e práticas profissionais com as populações tradicionais (CFP, 2019; Fernandes, Gonçalves, & Silva, 2022; Gama et al, 2018; Sposito et al, 2018) nas comunidades ribeirinhas da Amazônia em sua relação com seus pares e com os rios e florestas, muitas vezes vistas pela “lente do exótico” (Victoria, 2012, p.4).

Em estudos sobre as comunidades ribeirinhas, emergem as dimensões intercontinentais e os recursos naturais, destacando-se, além desses aspectos, a “formação histórico-cultural”, “o uso do território e a inserção no mundo globalizado” (flick & Moser, 2021, p.533), que envolvem as dimensões das interações homem-ambiente (Pereira, 2007), do modo de vida ribeirinho (Souza, Souza, Veras & Veras, 2019) e de estudos sobre identidade amazônica (Silva, 2017). Entende-se que há o interesse em conhecer e apreender sobre esse universo que faz parte da Amazônia brasileira.

¹⁸ Poesia de Brenda Fontenelle, disponível na página do Facebook @poesiaribeirinha, publicado em 06/07/2017.

As comunidades ribeirinhas formam um mosaico composto por natureza e pessoas, distante do urbano, em termos geográficos, mas que tem se organizado de maneira sociopolítica e jurídica. Em relação a esses aspectos, torna-se importante conhecer sua trajetória para o reconhecimento das populações tradicionais e "invisíveis". A descrição dessa trajetória baseia-se nos dados oficiais de órgãos governamentais e informações fornecidas pela observação do contexto, facilitando a compreensão dos demais dados.

5.1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E DEFINIÇÃO JURÍDICA DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS

Assim como outras populações menos assistidas, os ribeirinhos empreenderam esforços por reconhecimento social, político e jurídico e foram atendidos em parte, quando o Decreto Nº 6.040, de 07/02/2007, que trata da instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PN DSPCT) e a implementação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, trouxe em seu escopo no item do Art. 3º, uma definição que os considerou como “grupos culturalmente diferenciados” a partir do auto reconhecimento e da maneira que se organizam socialmente, além de estarem geograficamente em contextos onde a biodiversidade é abundante e relevante para suas vivências e práticas diárias e a de seus descendentes, tendo sido transmitidos pelos seus antepassados. Tal ato legal representou um marco importante para populações historicamente invisíveis e marginalizadas pela sociedade em diversas áreas da vida cotidiana (Carvalho & Macedo, 2018; Silva, 2017; Souza, Souza, Veras & Veras, 2019).

Conforme Decreto Nº. 9.465, de 09/08/2018, foi instituído o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), o qual passou a ser incorporado ao ¹⁹Ministério

¹⁹ <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/mdh-incorpora-por-meio-de-decreto-o-conselho-nacional-dos-povos-e-comunidades-tradicionais>>.

da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), representando priorização de particularidades “socioambientais, econômicas e culturais” das distintas populações com pouca visibilidade, a saber, os povos ribeirinhos, indígenas, ciganos, comunidades quilombolas, dentre outros. Após as conquistas citadas, os grupos de povos e comunidades tradicionais voltaram a se sentir ameaçados, tendo em vista o art. 2 do Decreto Nº. 9759/2019, de 11/04/2019 que objetivou a extinção e apresentação de limitações à colegiados dentro da administração pública federal que contivesse em seu conceito, por exemplo, os comitês, os conselhos e as comissões. Para esclarecer e fornecer explicações detalhadas sobre o referido Decreto, foi elaborada uma ²⁰Nota Técnica Nº. 002/2019 pelo Ministério Público Federal (MPF), que retrata preocupação na diminuição ou dificuldade da participação de movimentos populares nas discussões e pautas que são de interesse e direitos, em destaque as políticas públicas. Isto exprime o cenário atual e o movimento de tensões e lutas que enfrentam populações diversas em contextos menos assistidos e relegado ao descaso social e político.

Ainda que os ribeirinhos vivam em espaços que apresentam abundância de recursos hídricos e naturais, áreas extensas, onde o tempo parece passar devagar e as distâncias são medidas de acordo com o ciclo das águas, é preciso a implicação e responsabilidade na proteção e manutenção desse patrimônio comum, visível (biodiversidade) e invisível (sociodiversidade), pois suas vidas estão interconectadas ao seu ambiente físico, social e cultural. É necessário um trabalho que envolva a participação coletiva, para que, assim como a escassez, a diminuição de recursos econômicos e de investimentos em educação, saúde, emprego e moradia, principalmente em lugares mais carentes, não ameacem as suas fontes de riquezas.

Souza, Souza, Veras e Veras (2019) engendraram um estudo, a partir de sua vivência em comunidade ribeirinha, que objetivou investigar a relação da natureza e o ambiente para a

²⁰ Nota Técnica 002/2019/ASSREV-1ª CCR 11/04/2019. Oferecem análises e reflexões iniciais quanto às possíveis repercussões do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/nota-tecnica-no-02-2019-reflexoes-sobre-o-decreto-9759-19-v3.pdf/view>

constituição do modo de vida ribeirinho, da construção da identidade, e de aspectos do cotidiano concernentes ao “estilo de vida, alimentação e locomoção” (p.38) e dos processos que envolvem “as relações socioespaciais e histórico-culturais” (p. 38).

Outra dimensão do estudo de Souza, Souza, Veras e Veras (2019) propõe três visões da Amazônia: uma naturalista, a partir da valorização e disponibilidade de “recursos naturais e conjunto de ecossistemas” (p. 45), a visão do próprio ribeirinho, que valoriza a cultura, e a visão moderna marcada por pré-conceitos que atribuem a esses povos termos referentes ao atraso e improdutividade.

Os ribeirinhos fazem parte de uma parcela da população que, de maneira análoga às suas habitações, que alagam em períodos de enchente, apresentam condições de inabitabilidade ou abandono, da mesma forma, sua condição de (sub) existência tem sido (sobre) viver às margens do rio, levado pelo banzeiro da vida e à mercê de (re) construção e/ou mudança de endereço (Tiago & Higuchi, 2016).

Autores da área da Educação têm contribuído para estudos sobre história oral das comunidades e seu modo de vida. Victoria (2012, p.4) apresenta o rio como “condutor de cotidiano” das populações ribeirinhas, sobretudo, a juventude como “produto e produtora do conhecimento” (p.11), inserida em localidades geograficamente distantes do capitalismo, registrando e demarcando seus sentidos e significados atrelados às vivências relacionais próprias do seu contexto social e cultural.

Na área da Psicologia tem sido ampliada a atenção e posicionamento ético-político quanto aos ataques e ameaças dirigidos aos povos tradicionais, conforme Pizzinato et al., (2019), a atuação profissional e a produção científica tem se intensificado, mas ainda há muito a conhecer acerca dessas populações para contribuir com a visibilidade e reconhecimento/manutenção de sua cultura.

5.1.2 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS

Na incursão da pesquisa com os moradores de casas flutuantes (Tiago & Higuchi, 2016), pode-se conhecer também outra realidade similar a essa população, a dos que habitam em casas não flutuantes e vivem às margens dos rios e/ou em comunidades, dentro da floresta, em espaços sinuosos que podem ser acessados somente por meio de embarcações fluviais.

Uma das formas de chegar às comunidades é percorrer o rio, deixar a embarcação na entrada da comunidade, subir as escadas rústicas ou barrancos (terra batida), algumas com corrimão de madeira, construídas por seus moradores, em seguida, caminhar a pé em percursos de terra cercados por matos (em épocas de chuva os espaços são alagadiços) e adentrar no espaço comunitário (Figura 8). Esse tipo de acessibilidade é vivenciado pelos comunitários independentemente da idade e das condições de saúde. Um fato verificado na visita da UBFS em uma das comunidades, no período da coleta de dados, foi o médico sair do consultório e atender uma senhora que estava acamada, sem condições de ir até o Barco e muito menos de ir a uma consulta na cidade. Percebeu-se tanto a falta de estrutura em termos de saúde nas comunidades, como as dificuldades que vivenciam os comunitários.

As residências são conhecidas como palafitas, construídas de madeira (retiradas da floresta), no entorno, geralmente há a casa de farinha (uma das atividades de subsistência e renda dos moradores), um espaço para eventos (centro comunitário), igrejas e escolas (que em geral são de madeira) e atendem os alunos até a conclusão do ensino fundamental ou ensino médio.

Figura 8 – Comunidade ribeirinha com acesso por terra - Médio Solimões - AM.



Fonte: Arquivos da Pesquisadora, 2020.

Quando as comunidades são próximas às margens do rio (Figura 9), em geral, pode-se contemplar as mulheres lavando roupas em tablados de madeiras, crianças pulando e nadando, homens em suas canoas transportando pessoas ou pescando. Neste cenário flutuante, o rio permeia a vida dessa população em seu cotidiano, conduz as embarcações, faz parte da diversão das crianças, do trabalho dos pais e da alimentação das famílias (Victoria, 2012).

Figura 9 - Comunidade ribeirinha vista de frente - Médio Solimões - AM.



Fonte: Arquivos da Pesquisadora, 2020.

No município de Coari-AM, em 2021, a população estimada era de 86.713 habitantes (IBGE, 2018), havendo um aumento de aproximadamente 14,15% em relação ao último censo (IBGE, 2010), quando a população recenseada era de 75.975 habitantes, dos quais, na zona urbana, residiam 49.651 pessoas (65,36%) e, na zona rural, 26.314 pessoas (34,64%). De acordo com dados extraoficiais da Secretaria de Saúde do Município, em 2018, havia o total aproximado de 206 comunidades e seus habitantes incluíam povos tradicionais conhecidos como caboclos, ribeirinhos, indígenas e quilombolas.

5.1.3 A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE FLUVIAL E AS COMUNIDADES

Quando iniciamos o delineamento da pesquisa e a perspectiva de conhecer as comunidades ribeirinhas, pela geografia do espaço líquido, era importante o transporte para esses territórios. Para isso foi indispensável a autorização para a inclusão da pesquisadora na equipe da Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF [Figura 10]), representando um suporte financeiro, logístico e humano efetivos.

Figura 10 - Unidade Básica de Saúde Fluvial - Médio Solimões - AM.



Fonte: Arquivos da Pesquisadora, 2020.

Houve algumas reuniões informais com o diretor da UBSF para conhecimento dos aspectos legais, tempo de existência, a composição da equipe, os objetivos, os trabalhos desenvolvidos e a área de abrangência.

Quanto aos aspectos legais recorreu-se aos documentos oficiais e literatura pertinente, obteve-se a informação de que as UBSF's foram regulamentadas conforme a Portaria N^o. 1, de 28/09/2017 que dispõe sobre “a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde. [...]. Das Equipes de Saúde da Família Ribeirinha e Fluvial dos Municípios da Amazônia Legal e [...]. Das Unidades Básicas de Saúde Fluviais.” (MS/SAPS, 2017).

De acordo com as especificidades das regiões amazônicas e pantaneiras, as UBSF garantem o acesso das populações inerentes a esses espaços (El Kadri et al, 2019) e são equipadas com equipes de Saúde da Família para atendê-las, estando previstas na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB).

Quanto ao tempo de existência, não soube informar com precisão, mas afirmou que a data de início das viagens no Barco na região remonta aos anos de 2017-2018, tendo dessa forma à época da pesquisa quatro anos de existência.

O setor responsável pelo Barco no município, o Departamento de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), relatou que os trabalhos desenvolvidos pelo Barco acontecem em média em duas (2) visitas anuais a cada região divididas em sete (07) conforme 1) Baixo Solimões; 2) Médio Solimões; 3) Alto Solimões; 4) Lago do Mamiá; 5) Lago de Coari; 6) Rio Copeá e 7) Rio Piorini/Codajás Mirim.

As visitas às regiões levam em consideração as estações climáticas (seca/enchente/cheia/vazante), por exemplo. Caso seja época de seca, fica mais difícil o acesso para a entrada dos barcos em função da possibilidade de o barco encalhar, pois diminuem as chuvas e conseqüentemente o volume de água dos rios.

A equipe da UBSF, preconizada nos documentos legais (MS/SAPS, 2017), apresenta a seguinte composição: “[...] minimamente, por um médico, um enfermeiro, um técnico de saúde bucal e um bioquímico ou técnico de laboratório. [...] há a possibilidade de solicitar custeio para apoio logístico [...]”.

A equipe que esteve presente durante a viagem foi composta por um médico, uma coordenadora da UBS, um enfermeiro, um dentista (com consultório odontológico), uma auxiliar de consultório dentário (ACD), um técnico de enfermagem, um bioquímico (responsável pela distribuição dos remédios), uma vacinadora, uma recepcionista (previsto duas), uma cozinheira, um serviço geral (previsto dois), dois marinheiros (previsto três) e um vigia. Havia a previsão da presença de dois responsáveis pela Zoonose (que não estiveram presentes nessa viagem). O total previsto era de dezenove pessoas na equipe e nessa viagem estiveram presentes quatorze pessoas e mais a pesquisadora.

Segundo o relato do diretor do Departamento de Atenção Básica (DAB/SEMSA), os trabalhos desenvolvidos pela equipe da UBSF são atendimento médico, exames laboratoriais, atendimento odontológico, atendimentos em enfermagem (pré-natal, estratégia de saúde da família, planejamento familiar e palestras sobre saúde voltada para problemas específicos etc.) entre outros.

A área de abrangência do atendimento pela UBSF inclui 206 (duzentas e seis comunidades, sendo uma indígena), incluindo algumas pertencentes aos municípios de Tefé e Codajás, por estarem na divisa com o município de Coari, haja vista a UBSF não negar atendimento. Foi solicitado o total de atendimentos por faixa etária e comunitária dessa viagem, mas não foi fornecido.

Outras informações concedidas verbalmente pelo Diretor da Atenção Básica (DAB) indicaram que existem outros trabalhos direcionados à população jovem ribeirinha que é

chamado de ²¹Programa Saúde da Escola. São atividades lúdicas que tratam de questões relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, saúde sexual e reprodução (porém não faz parte do trabalho desenvolvido pela UBSF).

Ainda de acordo com o relato do diretor da DAB/SEMSA, propuseram como metas às comunidades: 1) A criação de Casas de Apoio e 2) O oferecimento de ²²Ambulancha (até o fechamento dessa pesquisa não houve confirmação da efetivação).

Após a visita da UBSF às comunidades, o acompanhamento de saúde continua com o suporte dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS's), denominado de visita de rotina. Atualmente o quantitativo dos ACS's é de cento e dezessete (117). Quando a população ribeirinha precisa ser atendida, além das visitas do Barco, os comunitários podem ser atendidos pela UBS chamada Ribeirinha que funciona no centro da cidade de Coari-AM.

É reconhecido o esforço para alcançar populações em territórios específicos, no entanto, o município ao qual pertencem as comunidades estudadas é considerado o quinto município mais rico do Estado do Amazonas que investe nas viagens da UBSF (que são necessárias), porém não torna fixo os postos de atendimentos, uma vez que questões de saúde não agendam o surgimento e acometimento.

Observou-se que a relação dos comunitários ribeirinhos com a área de Saúde é necessária, quer seja pelo envelhecimento da população quer seja pela promoção e prevenção em todas as faixas etárias, principalmente durante a crise sanitária pela COVID-19, pois a dimensão da saúde é inerente à vida humana.

Não há nas comunidades nenhum serviço efetivo de saúde, ou seja, pelo menos uma UBS, um posto de saúde, uma ambulância ou algum serviço aéreo específico. Até para a compra

²¹ O Programa Saúde na Escola foi instituído pelo Decreto Nº. 6.286, de 05/12/2007 com a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. Está preconizado que as equipes de Saúde da Família realizem visitas periódicas e permanentes para avaliar condições de saúde dos alunos.

²² O termo Ambulancha refere-se à junção das palavras Ambulância e Lancha, designa uma ambulância adaptada para trafegar nos rios.

de medicações, é necessário que os comunitários recorram a cidade de Coari-AM. Isso posto, nota-se a precariedade da saúde da população ribeirinha. Mesmo que existam os serviços da USBF, a UBS Ribeirinha, o acompanhamento dos ACS's, a população precisa percorrer caminhos líquidos e distâncias que podem durar até três horas de voadeira (canoa com motor) até conseguir atendimento principalmente em casos de urgência/emergência.

E devido aos acessos pontuais na área da saúde, os comunitários ribeirinhos da região do médio Solimões apresentam altos índices de automedicação (76,3%) e as medicações da classe de analgésicos e antibacterianos são os mais usados principalmente pelos jovens do sexo masculino (Gama & Secolli, 2020).

Outrossim, como a floresta dispõe de plantas medicinais, há uma verdadeira farmácia natural (Argenta et al, 2011) e “amplo conjunto de práticas de atenção à saúde baseado em teorias e experiências de diferentes culturas utilizadas para promoção da saúde, prevenção e recuperação, levando em consideração o ser integral em todas as suas dimensões” ²³(OPAS, 2014). São saberes tradicionais que os povos ribeirinhos também lançam mão para cuidar da saúde quando lhes falta a assistência.

5.1.4 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS/AS JOVENS RIBEIRINHOS/AS

Para conhecer os/as jovens habitantes das comunidades ribeirinhas, traçou-se uma caracterização dos/as participantes por meio de dados sociodemográficos em função da escolaridade, ocupação profissional e estado civil. Entendemos que, por se tratar de pesquisa

²³ <https://www.paho.org/pt/topicos/medicinas-tradicionais-complementares-e-integrativas>

qualitativa, o conjunto de jovens pesquisado foi suficiente para que pudéssemos acessar as informações sobre os fenômenos de nosso estudo. Não houve intenção de especificar uma amostra do universo das comunidades que fosse representativa do ponto de vista estatístico, pois tal providência demandaria tempo e recursos muito além do que a pesquisadora dispunha.

Os participantes totalizaram trinta e um (31) jovens, sendo dezesseis (16) do sexo feminino (51%) e quinze (15) do sexo masculino (49%), com idades de 18 até 29 anos (Tabela 1), moradores nascidos ou não nas comunidades ribeirinhas que se disponibilizaram a responder espontaneamente à entrevista e considerando o critério da acessibilidade (Freire, 2021).

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico dos participantes por sexo, idade, estado civil, quantitativo de filhos, escolaridade, ocupação profissional e residentes na moradia de comunidades ribeirinhas do município de Coari - Médio Solimões - AM.

Participante	Sexo	Idade	Estado Civil	Quant. filhos	Escolaridade	Ocupação profissional	Residentes na moradia
01	F	21	Solteira	0	Ensino médio completo	Não tem	3
02	F	23	União estável	4	Ensino médio incompleto	Não tem	6
03	M	24	Solteiro	0	Ensino médio completo	Agricultura	5
04	M	22	Solteiro		Ensino médio completo	Agricultura	16
05	F	25	Viúva	1	Ensino médio incompleto	Padeiro	5
06	M	23	Solteiro	0	Graduação completa	Não tem	4
07	M	29	União estável	3	Ensino médio completo	Agricultura	10
08	F	19	União estável	2	Ensino fundamental incompleto	Não tem	4
09	F	19	Solteira	0	Ensino médio incompleto	Não tem	8
10	F	21	União estável	2	Ensino médio completo	Não tem	4
11	M	21	Casado	1 (esposa grávida)	Ensino médio incompleto	Agricultura	10
12	F	19	União estável	2	Ensino médio incompleto	Não tem	10
13	M	20	União estável	0	Ensino médio completo	Não tem	7
14	F	23	União estável	4	Ensino médio incompleto	Doméstica	6
15	F	18	União estável	1	Ensino fundamental incompleto	Não tem	3
16	M	25	Casado	0	Ensino médio completo	Agricultura	2
17	F	22	Solteira	1	Ensino médio completo	Não tem	7

18	F	23	Casada	1	Ensino médio completo	Não tem	8
19	M	26	União estável	1	Ensino médio completo	Agricultura	3
20	M	24	União estável	0	Ensino médio incompleto	Agricultura	4
21	F	28	Solteira	2	Ensino médio incompleto	Não tem	6
22	F	22	União estável	1	Ensino médio completo	Agricultura	3
23	F	29	União estável	3	Ensino médio completo	Agricultura	5
24	F	24	União estável	0	Ensino médio completo	Agricultura	2
25	F	21	Solteira	0	Ensino fundamental incompleto	Agricultura	6
26	M	18	Solteiro	1	Ensino médio completo	Autônomo	6
27	M	18	Solteiro	0	Ensino fundamental incompleto	Agricultura	2
28	M	25	União estável	1	Ensino médio incompleto	Agricultura	3
29	M	22	União estável	1	Ensino fundamental incompleto	Agricultura	3
30	M	24	Solteiro	0	Ensino médio completo	Agricultura	8
31	M	26	Casado	2	Ensino médio completo	Agricultura	4

Fonte: Dados da pesquisadora, 2020.

A idade média dos participantes foi de vinte e sete (27) anos. Todos os comunitários entrevistados moravam em comunidades ribeirinhas (a maioria desde o nascimento) pertencentes ao município de Coari-Amazonas, mas nem todos/as nasceram na comunidade onde aconteceram as entrevistas. O tempo de residência dos jovens em comunidade variou de zero a vinte e seis anos.

Em relação à escolaridade dos/as jovens comunitários, apontou-se que em sua maioria (16 participantes) terminou o ensino médio, porém só um deu continuidade aos estudos e fez graduação (Tabela 2). Por um lado, vinte e cinco participantes relataram interesse em cursar faculdade como planejamento futuro no âmbito pessoal e profissional. Por outro, houve ainda quem não tenha se decidido por nenhuma área.

Esse aspecto da escolaridade das populações ribeirinhas corrobora com os achados de Santos (2021), no estudo realizado sobre a realidade da educação no interior do Amazonas, em cinco comunidades do município de Coari-AM, que reflete e apresenta as demandas existentes,

tanto físicas como subjetivas para o exercício da profissão docente, o comportamento dos discentes e o ambiente escolar.

O interesse pela continuidade nos estudos constante nas falas dos/as participantes, expressa novos direcionamentos e/ou mudanças nos objetivos de jovens que percebem uma nova forma de realizar sonhos, de sair da comunidade, de pensar na vida, porém encontram impeditivos ou barreiras como as dificuldades em relação a não ter como cuidar dos filhos ou restrições de ordem econômica.

Destacaram-se os cursos em ordem de interesse mais citados pelos/as jovens: Direito, Medicina, Pedagogia, Engenharia, Nutrição, Biologia e Química, Enfermagem, Computação, Biotecnologia, Educação Física e Administração e na área técnica, o curso de Técnico em Segurança. Entende-se que a escolha dos cursos citados pelos/as participantes está relacionada aos que são oferecidos nas universidades Federal, Estadual e Faculdades existentes no município de Coari e proximidades.

Percebeu-se a ausência de investimentos educacionais para formação de profissionais que considerem os recursos naturais e humanos que visem a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental para o desenvolvimento regional. E, quando os interessados em prosseguir os estudos não se limitam aos escassos recursos, migram para a capital em busca de trabalho para custear seus sonhos, conforme indica a participante 23:

“Normalmente, agora exatamente neste meio tempo, eu tô planejando ir para a cidade fazer uma faculdade, porque eu estudei, eu completei o ensino médio, aí foi época que eu engravidei, aí abandonei tudo”.

Na fala anterior, percebeu-se a evasão escolar por motivos pessoais relacionados a gravidez, que tem sido um alvo de estudos e preocupação no ambiente educacional no Brasil entre adolescentes até 19 anos de idade ²⁴(UNICEF/Ipec, 2022).

²⁴ <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/educacao-brasileira-em-2022-a-voz-de-adolescentes>

Há um interesse compartilhado entre alguns participantes que, além da continuidade em seus estudos, demonstram o cuidado com seus filhos e manifestam o desejo em oferecer-lhes uma vida melhor, possivelmente diferente da vida que tiveram na infância, vendo na educação uma perspectiva de desenvolvimento pessoal e profissional. A participante 14 relata,

“Para o meu futuro eu planejo ter uma vida melhor para dar para os meus filhos. Ter um bom estudo para eles quatro crescerem e ter uma vida melhor”.

Se alguns almejam um curso superior, há aqueles ou aquelas que estão vinculados ao lugar e a constituição de sua família, a construção de sua casa e o desejo de continuar na comunidade é mais valorizado em sua vivência e constituição como sujeito nesse momento, como relata o participante 11:

“Eu planejo ter minha casa própria, ter minha família e morar na comunidade”.

Tabela 2 – Distribuição dos participantes por escolaridade, ocupação profissional e estado civil de comunidades ribeirinhas do município de Coari - AM.

Escolaridade	Ocupação Profissional	Estado Civil
*E.M.C. (n=16;52%)	Agricultor (n=16; 88%)	União estável (n=15, 48%)
**E. M. I. (n= 9;29%)	Padeiro (n=01; 6%)	Solteiro/a (n=11, 35%)
***E. F. I. (n=5; 16%)	Autônomo (n=1, 6%)	Casado/a (n=4, 13%)
****G. (n=1; 3%)		Viúvo/a (n=1, 3%)
Total: n=31 (100%)		

Fonte: Pesquisadora, 2020.

Nota: As siglas correspondem a *Ensino médio completo; **Ensino médio incompleto; ***Ensino fundamental incompleto e ****Graduação

Do total de trinta e um (31) participantes dezoito (18) identificaram-se como trabalhadores (Tabela 2). Desse total, dezesseis (16) labutam na agricultura, um (01) participante trabalha como padeiro e um (01) participante se considera autônomo. Entre os/as que se identificam como trabalhadores, a maioria é do sexo masculino. Pontua-se ainda que as onze (11) mulheres que responderam que não trabalham relataram não consideram as atividades domésticas como laborativas. Destaca-se ainda nos discursos do gênero feminino que o trabalho desempenhado na agricultura é referido como uma “ajuda” ao marido ou companheiro.

Bourdieu (2003) pontua que há diferença entre juventudes em relação as “condições de existência”, como exemplo, o mercado de trabalho e “imposições”, em “universos sociais que nada tem em comum” (p. 153). Assim, os jovens ribeirinhos já nascem em um contexto em que o trabalho de seus antepassados faz parte da vida diária, com imposições próprias do contexto cultural e econômico.

Os ribeirinhos que trabalham com a agricultura expuseram em suas falas que os produtos cultivados, como verduras e frutas, são levados para comercialização na feira em Coari-AM, localizada no centro da cidade, chamada de Feira do Agricultor (Figura 11). Embora funcione diariamente, os comunitários, em geral, levam seus produtos duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos sábados. O escoamento desses produtos acontece por via fluvial ou por terra (quando a comunidade é mais próxima da feira em Coari-AM), em dias alternados, por causa da distância e do valor do transporte, dependendo também das condições de clima e tempo.

Em sua totalidade, os comunitários que trabalham com a agricultura fazem parte da economia primária para composição de suas rendas e sustento familiar. Percebe-se, na figura 11, que o local de exposição e venda dos produtos é diretamente na rua, depositados em caixas de madeira, o que parece expor uma fiscalização frágil ou inexistente da vigilância sanitária e/ou ausência de cuidados dos gestores locais com a saúde da população, uma vez que essa feira está situada em espaço público.

Essa produção de alimentos faz parte da economia e consumo alimentar da região. O município era conhecido como a terra da banana, atualmente um produto caro nas mesas amazonenses. Há uma variabilidade de produtos agrícolas regionais cultivados e citados pelos comunitários como açaí, acerola, banana, batata, cacau, caju, cebola, cenoura, couve, cupuaçu, goiaba, limão, maxixe, manga, maracujá, manga etc., além de produção de farinha de mandioca,

diversos tipos de pescados como jaraqui, tambaqui, pacu, bodó etc., e venda de carnes de caça, conhecidas na região como paca, cutia e outros, conforme as falas dos participantes abaixo:

“As pessoas da comunidade trabalham... Os meus tios, os meus pais também trabalham com agricultura também, melancia, mandioca, fazem farinha e vende, planta melancia e vende. Sim, com pesca também. Para alimentar e vender também”. (Participante 18).

“Produzem macaxeira, pupunha, melancia, pepino, essas coisas. Pesca só para nós e para vender”. (Participante 20).

Há uma unidade do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), ligada ao governo do Estado do Amazonas, cuja missão é ²⁵“Prestar serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares e produtores rurais do Estado do Amazonas, mediante processos educativos e participativos, que lhes assegurem sustentabilidade, cidadania e melhoria na qualidade de vida”.

Figura 11 - Produtos da agricultura ribeirinha expostos na Feira em Coari - AM.



Fonte: Arquivos da Pesquisadora, 2022.

Outro dado relevante dessa população, em relação aos aspectos socioeconômicos, revela que vinte (20) participantes ou membros da família recebem algum auxílio do Governo Federal e ou municipal (Bolsa família ou bolsa cidadã) e quatro (04) recebem pensão ou aposentadoria.

O benefício do Programa Bolsa Família foi criado pela Lei Nº. 10.386, de 09 de janeiro de 2004, com o objetivo de transferência de renda para melhoria das condições de renda de famílias em pobreza ou extrema pobreza. Foi substituído pelo Programa Auxílio Brasil e Programa Alimenta Brasil em 2021 (Lei Nº. 14.284, de 29 de dezembro de 2021).

²⁵ Recuperado de <http://www.idam.am.gov.br/o-idam/quem-somos/>

Segundo o ²⁶Portal da transparência, até outubro de 2021 havia 9.930 beneficiários cadastrados no Programa Bolsa Família do município de Coari-AM. Notou-se que a população ribeirinha depende, em parte, dos benefícios recebidos, das rendas provenientes de aposentadorias e da renda atribuída à venda de produtos agrícolas e pescados. Observou-se que a pesca foi mencionada como renda ou subsídio familiar, conforme a participante 14, serve tanto para consumo como para venda.

O cultivo do solo, a agricultura familiar, a pesca e a caça de animais são repassadas de geração em geração, fazem parte da cultura, dos hábitos e do comportamento alimentar das comunidades ribeirinhas (Fraxe, Pereira & Witkoski, 2007; Scherer, 2004; Souza, Souza, Veras & Veras, 2019), conforme relatou a participante 18 que toda a sua família trabalha tanto na agricultura como com a pesca.

Mesmo com a biodiversidade faunística e florística da região, nas comunidades visitadas não foram abordados pelos/as participantes algo relativo à produção de artesanatos ou de produtos com fins estéticos como cremes, sabonetes ou fitoterápicos, advindos da floresta. Tal ausência pode sugerir o desconhecimento da autossustentabilidade da região e possível falta de investimentos das comunidades visitadas.

Quanto ao estado civil dos jovens ribeirinhos, quinze relataram viver em união estável, seguidos de onze que se consideram solteiros (Tabela 2). A somatória dos que vivem em união estável com os que são casados representa 61% dos participantes, apontando para a manutenção de relacionamentos afetivos e efetivos, cujas idades variam entre 19 e 29 anos. Notou-se que a população jovem ribeirinha se relaciona sexualmente e constitui família mais cedo (Ruzany et al, 2012). As meninas se tornam mães a partir de 12 anos e os meninos adquirem

²⁶ Portal da Transparência - Controladoria Geral da União - Panorama da Relação da Pessoa com o Governo Federal, consultado em 17/02/2023. <https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios/bolsa-familia/273064807/pessoa-fisica/25018903>

responsabilidades com a família formada, geralmente continuam morando junto com os genitores. Os núcleos familiares variam entre três (3) a dezesseis (16) moradores (Tabela 1).

As responsabilidades advindas das formações familiares encurtam o tempo da adolescência e juventude ao necessitarem cuidar da casa, dos filhos e ajudar nas atividades laborais junto com o marido.

5.1.5 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS COMUNITÁRIOS RIBEIRINHOS

Os relatos dos participantes foram unânimes em apresentar às comunidades ribeirinhas ressaltando-se características sociais pelo aspecto da proximidade familiar, social e/ou religiosa. Os participantes não expressaram especificação de datas de formação social das comunidades nem quem apresentasse registro dos fundadores dos locais. Pelas informações relatadas, apontam os avós e/ou pais como possíveis habitantes que originaram as comunidades e existem há aproximadamente 80 anos ou mais. As comunidades apresentaram formação por parentesco familiar que foram agregando e acrescentando novos membros.

Concernente ao aspecto religioso, os relatos indicam a religião como elo forte que os une e os mantém. Afirmam a ocorrência de reuniões dominicais, de catequese, de doação de dízimos e da ajuda na realização de festividades e comemorações.

As duas religiões que mais se destacaram nos discursos são a católica e a evangélica que são consideradas cristãs. O aspecto das crenças religiosas parece ditar o calendário comunitário e remete ao sentimento de pertencimento e identificação com seus pares no funcionamento social em torno do sagrado.

Aqui se pode afirmar que as crenças religiosas e normas, assim como as representações, não são criadas de forma isolada pelos indivíduos, mas são compartilhadas por grupos e “reforçadas pela tradição” (Moscovici, 2015, p. 41). Assim, as atividades desempenhadas pelos

membros dos grupos são prescritas e comunicadas de geração em geração, criando uma “memória coletiva”. (Moscovici, 2015, p. 37).

5.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, PSICOLOGIA AMBIENTAL E O SER JOVEM RIBEIRINHO/A

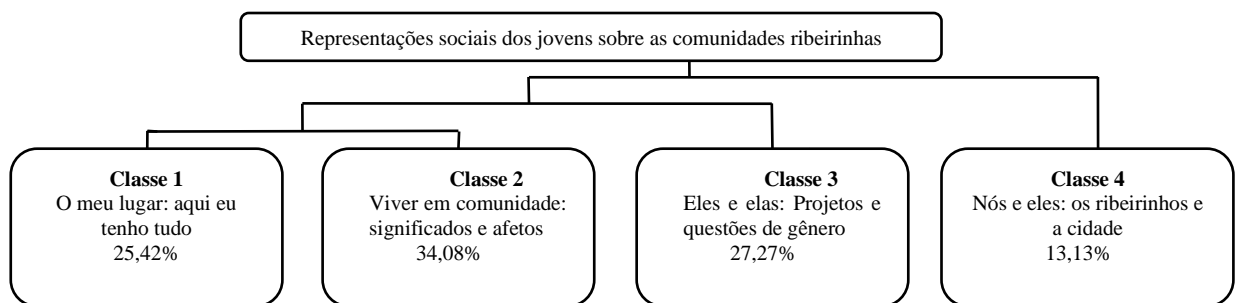
Como se verificou que parte dos jovens ribeirinhos apresentou discurso limitado e, em alguns casos, monossilábicos, mesmo com questões abertas, optou-se por trabalhar acerca da temática identidade, com quinze questões elencadas (não em ordem numérica) a seguir no roteiro de entrevista a fim de que as falas fossem mais fluídas e tivessem conteúdo expressivo e representativo para o uso do Iramuteq: Questão 1 - Quanto tempo mora nesta comunidade? Sempre morou em comunidade? Questão 2 - Como você se sente morando em comunidade? Você se sente orgulhoso(a) morando nessa comunidade? Questão 3 - Você sente que essa comunidade é o seu lugar para viver? Por quê? Questão 4 - Se você saísse daqui de que sentiria mais falta? Por quê? Questão 5 - As pessoas que moram em comunidades perto do rio são chamadas de que? Por que você pensa isso? Questão 6 - Você acha que as pessoas tratam as pessoas da sua faixa etária diferente daqueles que moram em ²⁷terra firme? Por quê? Questão 7 – Se tivesse que descrever este lugar onde vive em uma palavra, qual seria? Por quê? Questão 8 – Você sente que faz parte deste lugar? Por quê? Questão 9 - Você pensa que este lugar faz parte de sua vida? Por quê? Questão 10 – Acha que vivendo nesta comunidade ajudou você a se desenvolver de alguma maneira (pessoal, profissional etc.)? Questão 11 – Como você contribui com sua comunidade, o que você fez ou faz? Questão 12 - Se tivesse poder para mudar

²⁷ “As áreas marginais inundadas periodicamente pelas águas de rios, lagos, igarapés, paranás e furos é que iremos denominar de terreno de várzea”. (Benatti, J. H., et al, 2003; Benatti, 2005; 2011). <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9673/1/V%C3%A1rzea%20e%20as%20popula%C3%A7%C3%B5es.pdf>

alguma coisa nesta comunidade, o que seria? Questão 25 - O que planeja para o futuro? (pessoal/profissional); Questão 32 – Os jovens participam de algum grupo ou associação? Se sim, qual (quais)? Questão 33 – Como é ser homem (ou mulher) vivendo nesta comunidade?

Com o uso do Iramuteq, optou-se por trabalhar com a análise feita pela Classificação Hierárquica Descendente que particionou sucessivamente o corpus gerado constituído por 31 textos transcritos das entrevistas acerca das representações sociais dos jovens sobre as comunidades ribeirinhas amazônicas e suas vivências. Foram desmembrados em 459 segmentos de texto (ST) com aproveitamento de 358 ST's (78,00%) e gerou um dendrograma (Figura 12). O conteúdo analisado foi categorizado em quatro classes: Classe 1 “O meu lugar: aqui eu tenho tudo” com 91 ST (25,42%); Classe 2 “Viver em comunidade: significados e afetos” com 122 ST (34,08%); Classe 3 “Eles e elas: Projetos e questões de gênero” com 98 ST (27,37%) e Classe 4 “Nós e eles: os ribeirinhos e a cidade”, com 47 ST (13,13%), conforme Figura 12.

Figura 12 – Representações sociais de jovens sobre as comunidades ribeirinhas do Médio Solimões - AM.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2022.

Importante salientar que as classes estão disponibilizadas em ordem de 1 a 4, mas para efeito de análise verifica-se que a Classe 4 se divide na Classe 3 e esta subdivide-se nas Classes 1 e 2.

5.2.1 CLASSE 1 "O MEU LUGAR: AQUI EU TENHO TUDO"

Compreende 25,42% (f = 91 ST) do corpus total analisado, constituída por palavras e radicais no intervalo entre $x^2 = 4,08$ (Gente) e $x^2 = 68,25$ (Ajudar). Dentro dessa classe as palavras selecionadas para análise textual foram “Ajudar” ($x^2 = 68,25$); “Desenvolver” ($x^2 = 47,63$); “Contribuir” ($x^2 = 30,76$); “Estudar” ($x^2 = 21,71$); “Aprender” ($x^2 = 14,88$) e “Religioso” ($x^2 = 7,97$).

Essa classe evoca questões dos jovens entrevistados relacionando a comunidade ribeirinha como lugar que os ajudou a se desenvolverem nos aspectos educacional, pessoal, profissional e religioso. Pelas afirmações dos participantes, pode-se constatar que há uma forte e positiva relação entre eles e a comunidade. São indícios de construção de suas identidades pela concretude de práticas aprendidas, pela interação social, pelo fazer das atividades cotidianas, laborativas, festivas, cerimoniais e litúrgicas.

Cada comunidade é formada por pequenos grupos familiares em torno de dez ou mais famílias e os limites das comunidades são demarcações visíveis e invisíveis por terra e por água conhecidas pelos comunitários. Os laços familiares são fortalecidos na convivência diária. Eles se veem cotidianamente, aprendem a lidar com a terra, com a pesca e a educação recebida pelos jovens nas escolas, dentro ou fora da comunidade, é uma extensão do seu pequeno mundo. Nas falas o registro desse processo:

“Sim, eu me desenvolvi com a ajuda da comunidade tipo na área dos estudos, eu estudei, terminei meus estudos aqui no interior [...]”. (Participante 01).

“Vivendo em comunidade ajudou a me desenvolver como pessoa”. (Participante 08).

“Vivendo em comunidade ajudou a me desenvolver, eu faço pão, é uma profissão para mim”. (Participante 05).

Tuan (1983), quando descreve o lugar para o camponês, menciona que “sua própria aldeia é seu lugar principal” (p.187). Da mesma forma, referem-se os/as jovens ribeirinhos/as à comunidade quando a destacam como lugar de desenvolvimento.

Como afirma Jodelet "a representação supõe um processo de adesão e de participação que se aproxima da crença" (2001, p. 14). A estrutura da comunidade, em termos de crenças, religiosas preexiste. Essas crenças são compartilhadas dentro das estruturas sociais e a adesão a elas contribui para as pessoas sentirem-se pertencentes àquele grupo (Jodelet, 2001).

De acordo com Tuan (1983), os lugares sagrados, com suas celebrações, podem marcar o calendário da igreja e o calendário da vida em comunidade, fazendo parte das tradições, são simbolismos, significados e memórias. Abaixo, a transcrição da fala de um participante exemplifica a observação de Tuan.

“Vivendo nessa comunidade ajudou a me desenvolver na vida cristã da gente, é porque a gente antes de vir cá, a gente tinha uma vida assim, a gente não tinha uma vida que a gente tem hoje, sobre a igreja assim, quando eu cheguei à comunidade, eu estava tipo um pouco afastado da igreja, eu cheguei aqui, tinha uma igreja aí eu voltei de novo, é por isso”. (Participante 31).

Observa-se que a ajuda ou contribuição a que se referem os jovens é no sentido prático (com serviços comunitários) e não envolve questões voltadas ao protagonismo no sentido de desenvolver diálogos em espaços de negociação por políticas públicas que possam trazer melhores condições para a vida da comunidade como um todo.

O fato de as lideranças comunitárias serem remuneradas e subordinadas à gestão municipal, pode impedi-las de reivindicarem direitos e políticas públicas para as populações ribeirinhas.

Esse aspecto da inexistência de movimentos ou grupos ligados a questões de políticas públicas, ou seja, de ousar pensar em melhorias, pode restringir qualquer movimento insurgente por parte da população que queira questionar a ausência de outras ações que não as que são perpetuadas nas gestões.

Ao verificarem reflexos das políticas públicas na comunidade ribeirinha Menino Deus (PA), Silva, Farias e Alves (2016) pontuaram a existência de ações nas áreas da [...] Educação, Saúde, Moradia e Regularização Fundiária [...] (p.180), observaram a falta de atenção aos anseios da população e a ausência de consideração com o modo de vida dessas populações enquanto outras áreas como “saneamento básico, energia e produção econômica” ficam fora das articulações (pp. 180-181).

Essa desarticulação política dos gestores com a falta de conhecimento das leis foi observada pela ausência nas falas dos participantes ao serem indagados sobre o processo de como a comunidade o (a) ajudou a se desenvolverem.

O entendimento remete, por exemplo, às ações de limpeza e suporte em eventos específicos. Outra característica da contribuição desses jovens é que soa ser frequente.

“Eu contribuo com a comunidade, trabalho em negócio de carpintaria, operador de motosserra, tudo assim um pouco, eu ajudo em tudo que é necessário, tudo eu faço um pouco, quando precisa em tudo que precisar, ajeitar a escola, o centro comunitário, roçar o campo.”. (Participante 13).

Na visão dos jovens comunitários, o cuidado com o ambiente gira em torno de ações e processos de higienização do espaço para uso social. No entanto, por se tratar de meio ambiente com múltiplas funcionalidade e finalidades, é objeto de estudo da Psicologia Ambiental o debate sobre o comportamento ecológico que “visa contribuir para proteger o meio ambiente ou minimizar o impacto ambiental para outras atividades” (Pato & Campos, 2011).

Pode haver a noção coletiva e subjetiva dos comunitários acerca da inesgotável capacidade do ambiente de renovação. Talvez, por isso, certas atividades sejam realizadas de forma impensada quanto ao risco de degradação, destruição e esgotamento do que a natureza produz. Outro ponto que os autores (Pato & Campos, 2011) levantam, de acordo com os estudos pesquisados, chama a atenção para os antecedentes do comportamento ecológico quanto às

atitudes e os tipos desse comportamento. Traz como exemplos “a reutilização de produtos e a reciclagem e conservação de recursos naturais” (p.123). Observou-se que nas comunidades inexistem locais de descarte adequado de lixos ou produtos reutilizáveis, o depósito do lixo é a céu aberto, jogados no rio, enterrados ou queimados.

Considerando a amplitude e complexidade do estudo sobre comportamento ecológico, toma-se como ponto a refletir que o ser humano se relaciona com o ambiente individual ou coletivamente afetando-o e sendo afetado.

5.2.2 CLASSE 2 "VIVER EM COMUNIDADE: SIGNIFICADOS E AFETOS"

Essa Classe abarca 34,08% (f = 122 ST) do corpus total analisado. Constituída por palavras e radicais no intervalo entre $x^2 = 3,84$ (Dizer) e $x^2 = 183,75$ (Sentir). Dessa classe foram selecionadas para análise textual as palavras “Sentir” ($x^2 = 183,75$); “Falta” ($x^2 = 53,61$); “Lugar” ($x^2 = 44,21$); “Tranquilo” ($x^2 = 36,66$); “Orgulhoso” ($x^2 = 32,86$); “Família” ($x^2 = 28,52$); e “Viver” ($x^2 = 22,76$).

Os conteúdos encontrados nessa classe estão relacionados aos significados e sentimentos dos participantes quanto a vivência no lugar que é visto como tranquilo, que denota orgulho e remete ao vínculo familiar, como apresentado na seguinte fala:

“Me sinto bem morando em comunidade, onde eu sempre vivi, nasci e me criei. Me sinto muito orgulhoso em morar em comunidade. É meu lugar para viver, porque sempre eu gostei de morar em interior”. (Participante 11).

Os habitantes das comunidades quando expressam o que o lugar representa e o que sentem recorrem à suas memórias da infância e apresentam estreita relação positiva com a espacialidade, com as interações e laços de parentesco, não separam o lugar de suas vivências, onde elementos físicos se unem a elementos emocionais e psicológicos (Jodelet, 2002). A

expressão do que é o lugar para os comunitários se entrelaça com quem eles são, assim ambiente e pessoa implicam no processo de constituição de si mesmos.

Quando indagados sobre a probabilidade de sair da comunidade e de que sentiriam falta, os participantes expuseram conteúdos que remetem ao sentimento de apego ao lugar por conta dos laços familiares, das relações de amizade, do vínculo com o sagrado e inclusive da prática alimentar, os quais estão contidos nas seguintes falas:

“Se eu sáísse daqui eu sentiria falta dos meus pais também e porque aqui é muita paz é muito tranquilo aqui, na verdade tem perigo assim, mas não muito, é melhor do que na cidade assim”. (Participante 25).

Ainda sobre a possibilidade de mudança de local de moradia, os comunitários apontam o contraste da vida tranquila e de paz com a vida perigosa da cidade grande. Essas falas propõem as representações sociais do lugar, como lembra Jodelet (2002) sobre o “efeito do contexto físico sobre o indivíduo” (p.34), quando descreve seu trabalho sobre A Cidade e a Memória. Para os comunitários, o lugar afeta e confere a eles o estado psicológico e organiza suas vidas no sentido de estabilidade, segurança física e emocional.

Esse sentimento de segurança pode estar arraigado pelas relações interpessoais caracterizadas em alguns casos por “[...] ligações privilegiadas que são as amizades de infância ou de adolescência [...]” conforme sugere Bourdieu (2008, p.165) quando trata da ocupação legítima que constituem aproximações sociais e confere ao lugar de nascimento uma importância significativa.

“Se eu sáísse daqui eu sentiria mais falta dos amigos que tenho do pessoal que mora aí, porque estou acostumado, desde menino”. (Participante 28).

O ser humano para atender às suas necessidades modifica e acomoda o ambiente (Ingold, 1995), assim acontece com a criação de espaços litúrgicos, impregnado com

simbologias e formas de demonstrar suas crenças. Essas criações são estabelecidas para práticas religiosas e compreendem parte da apropriação do espaço e interação social (Kuhnen, 2009).

O *ir ao culto* pode sugerir não só a ocupação do espaço físico, mas o uso do espaço para interagir, para reforçar seus valores, as experiências com o sagrado e a construção da própria identidade junto com seus pares, ou seja, “a construção da identidade ancora-se nas mediações sociais [...]” (Kuhnen, 2009, p.31). Para reforçar essa vivência quando indagados do que sentiriam falta caso saíssem da comunidade, verbalizam:

“Se eu saísse daqui eu sentiria falta da igreja, eu amo ir para os cultos”. (Participante 2).

Outra forma que reflete como as pessoas se relacionam nos ambientes onde vivem envolve em diferentes culturas os hábitos alimentares e o cuidado como lidam com a própria saúde, como recebem as pessoas, como festejam e fala de saberes tradicionais, parte importante de suas constituições históricas e culturais. Nas comunidades ribeirinhas, notadamente um ambiente natural, as pessoas aprendem, desde cedo, a importância do cultivo, do plantio e da colheita de produtos da região para a sobrevivência e subsistência.

Ao escolherem ou serem levadas a morar nesta espacialidade, possivelmente foram direcionadas para lugares que consideram férteis e produtivos, próximo ao rio e grandes extensões de terra. Alguns expressam do que sentiriam falta caso mudassem com a seguinte frase:

“Se eu saísse daqui eu sentiria falta da cultura, do que temos do açaí que é bom, iria sentir muita falta se saísse assim”. (Participante 31).

Os jovens ribeirinhos apresentaram o que pensam baseados em suas vivências cotidianas influenciados pela cultura e contexto local, o que lhes é/foi transmitido pelos pais, avós e antepassados e o que comunicam entre si. Isso é demonstrado pela maneira como escolheram o lugar de habitação, vindos de outros lugares do Amazonas e/ou do país que trazem ou não a proximidade com o rio, se apropriaram do espaço, desenvolveram o cultivo da pesca e da terra.

Diante da facilidade de chegar e poder construir suas casas sem a preocupação de posse/propriedade ou documento comprobatório de compra de terreno, os primeiros moradores foram construindo e constituindo suas famílias, ou seja, constituíram conglomerados familiares, sendo os terrenos, em sua maioria, cedidos e os próprios moradores constroem suas casas, é o que afirma o participante 18:

“Cedida, dos meus pais. O meu pai mandou tirar a madeira e construíram. Sim, o terreno é dele”.

Aos poucos as localidades, como são conhecidas pelos habitantes locais, se tornaram comunidades. Mesmo sem uma formalização jurídica, sem associação de moradores que represente cada comunidade, há, na maioria, uma liderança que as representa perante os órgãos públicos, sendo constituída e reconhecida pela prefeitura de Coari-AM (Fonte: liderança comunitária).

As falas destacadas dos participantes quanto ao que o lugar representa em termos de tranquilidade, orgulho, família e viver, confirma o que a literatura trata sobre apego ao lugar nas “três dimensões essenciais ao seu entendimento, quais sejam, a funcional, a simbólica e a relacional” (Elali & Medeiros, p. 53, 2011). A dimensão funcional se refere ao que o lugar oferece, como o espaço de moradia em terrenos cedidos ou de baixo custo e a alimentação, que geram tranquilidade e segurança; a dimensão simbólica ocorre no relacionamento com a natureza, as memórias das fases da vida e o orgulho de pertencer ao lugar e a dimensão relacional sugere os laços de parentesco e as relações de amizade desenvolvidos no cotidiano dos moradores.

5.2.3 CLASSE 3 "ELES E ELAS: PROJETOS E QUESTÕES DE GÊNERO"

O corpus total analisado abarca 27,27% (f = 98 ST). Constituída por palavras e radicais no intervalo entre $x^2 = 4,62$ (Tirar) e $x^2 = 123,77$ (Mulher). Dessa classe foram selecionadas para a análise textual as palavras como “Mulher” ($x^2 = 123,77$); “Homem” ($x^2 = 99,34$); “Grupo” ($x^2 = 62,48$); “Associação” ($x^2 = 47,35$); “Futuro” ($x^2 = 46,21$) e “Diferença” ($x^2 = 40,52$).

O fato de ser mulher ou homem na comunidade difere no modo de pensar dos participantes. De um lado, há relatos com posicionamento que apontam pensamentos sexistas, em que afirmam existir diferença que consiste no trabalho realizado pelos homens que as mulheres não o fazem e há os que sustentam que a diferença consiste em que a mulher tem que cuidar dos filhos. Por outro lado, há relatos que não há diferença entre ser homem ou mulher por trabalharem nas mesmas atividades desenvolvidas na comunidade, o que corrobora com os achados de Menezes e Sousa (2017) no estudo sobre questões de gênero, diferenças entre trabalho de homem e de mulher e ainda a não valorização do trabalho das mulheres na visão do gênero feminino.

“Ser homem na comunidade é tipo assim, tem que fazer mais coisa que a mulher não faz, tem coisa que o homem faz que a mulher não consegue fazer, por exemplo pescar porque às vezes a gente não vive só de comprar”. (Participante 03).

Os papéis sociais aparecem definidos nas relações de gênero e surgem sobretudo com respeito à criação de filhos mesmo em discursos de algumas mulheres. Outras falas as responsabilizam por não buscarem uma ocupação e ganho como simbólico de poder. Os discursos circulantes informam e formam o que pensam como indivíduos e coletividade.

“[...] porque a mulher vai cuidar dos filhos e têm muitas que depois tem filhos, eu acho que tem diferença sim, porque a maioria das vezes a mulher ela como é que se diz, ela cuida mais do filho, fica mais em casa e não procura assim trabalhar, para ganhar mais do que o homem”. (Participante 12).

Destacou-se na fala dos participantes o gênero para identificar que os discursos sexistas também podem partir das próprias mulheres, no sentido de estarem impregnados na comunidade, o que pode identificar a ausência de uma rede de apoio caso necessitem para situações de violência doméstica, por exemplo.

Uma participante destacou que a força de vontade diferencia o ser mulher do ser homem na comunidade, o trabalho é uma dimensão da vida ribeirinha aqui destacado pois produzem para viver e sobreviver, lá não existe supermercados, padarias, restaurantes ou lanchonetes. O suprimento de suas necessidades básicas é da força do trabalho literalmente, então quando há este entendimento, a questão de gênero pode tornar-se secundária.

“Em minha opinião ser mulher vivendo na comunidade tem que ter força de vontade, porque aqui não é fácil, como é trabalho para mulher é para homem, é pesado, tem que ter força de vontade”. (Participante 21).

Falar sobre as mulheres das comunidades é também falar da identidade feminina dentro do ambiente amazônico imerso na cultura que diferencia e tende a determinar o papel da mulher cuidadora da casa e dos filhos. Como falado anteriormente, são elas que enfrentam dificuldades das condições socioeconômicas semelhantes às quebradeiras de babaçu e divergentes nas lutas, resistências e formas de participação políticas apresentadas no trabalho de Carvalho e Macedo (2018).

O estudo de Pontes et al. (2013) revela os desafios enfrentados por mulheres, suas condições de vida em comunidades tradicionais da Amazônia, como participam do trabalho na agricultura, na pesca, na produção de farinha entre outros afazeres domésticos e na criação dos filhos. Apresenta as relações socioculturais em que a mulher transmite os conhecimentos tradicionais e apontam a ausência de organização sociopolítica, mas destacam os esforços vistos nessa direção.

Estudos mais recentes sobre questões de gênero marcam a contemporaneidade de temas e aspectos pouco abordados nas comunidades ribeirinhas amazônicas que, independentemente de sua localização geográfica, se manifesta em suas vivências. Menezes & Sousa (2017) identificaram “disparidade e assimetrias entre trabalhos de homem e trabalhos de mulher.” (p.7). As mulheres expressam a não valorização ao trabalho desenvolvido por elas no campo e na lavoura e “por ainda imperar o pensamento patriarcal e sexista dentro do âmbito familiar”. (p.8).

Nas comunidades ribeirinhas deste estudo, não houve menção de grupos de mobilização de mulheres com cunho sociopolítico, em detrimento dos papéis impostos pela sociedade patriarcal, nem de grupos de jovens, a não ser grupos relacionados aos aspectos religiosos que cooperam nas atividades litúrgicas das igrejas existentes.

Na mesma classe, emergiram questões relacionadas ao que os jovens pensam acerca do futuro e divergentes discursos se revelaram. Há os que pretendem terminar os estudos e cursar faculdade, há os que pensam em suas famílias e na construção e/ou aquisição da casa própria e outros acreditam que o futuro é continuar vivendo na comunidade:

“Para o meu futuro eu espero terminar os meus estudos e fazer meu sonho se realizar”. (Participante 2).

“Eu planejo para o meu futuro ter minha casa própria, ter minha família e morar na comunidade”. (Participante 11).

“Para o meu futuro não planejo nada, meu futuro é ficar por aqui mesmo”. (Participante 20).

Os jovens ribeirinhos têm perspectivas de futuro que envolvem as áreas educacional, profissional, pessoal e familiar. O que se mostrou desafiador para alcançar a realização dessas perspectivas expostas foram limitações impostas por recursos financeiros escassos,

acessibilidade, mobilidade, condições socioeconômicas e capacidade de adaptação por conta da mudança de residência.

5.2.4 CLASSE 4 "NÓS E ELES: OS RIBEIRINHOS E A CIDADE"

Compreende 13,13% ($f = 47$ ST) do corpus total analisado. Constituída por palavras e radicais no intervalo entre $x^2 = 4,26$ (Criança) e $x^2 = 248,59$ (Firme). Dentro dessa classe foram selecionadas para a análise textual as palavras como “Firme” ($x^2 = 248,59$); “Tratar” ($x^2 = 182,30$); “Diferente” ($x^2 = 171,11$); “Morar” ($x^2 = 82,47$); “Pessoa” ($x^2 = 103,03$); e “Ribeirinho” ($x^2 = 53,66$).

Traz elementos sobre a maneira como são tratados por pessoas que não fazem parte da comunidade ribeirinha, que pertencem a terra firme. É afirmado pela maioria dos participantes que sentem que são tratados diferente daqueles que são moradores da cidade ou de outros locais que consideram mais desenvolvidos.

“[...] quando o cara vai à Coari para ser atendido, é aquela maior burocracia, é ruim, aqui não, vem para nos consultar é mais bacana”. (Participante 20).

As pessoas a quem se referem os comunitários ribeirinhos, que chamam de moradores de terra firme, são intitulados assim por habitarem na zona urbana do município de Coari-AM, por suas habitações não serem construídas em terrenos que alagam durante o período da enchente e cheia e não passarem por dificuldades de acesso em seus bairros ou entorno físico (mesmo que existam casas próximas ao rio na zona urbana).

Na fala anterior, a instituição representa aqueles que os tratam diferentes, aqueles que atribuem a identidade de ribeirinhos e são autoatribuídos por eles. Surge dessa forma o sentimento de desvalorização do sujeito, podendo ser em função do lugar de sua habitação ou por sua autoidentificação, mesmo fazendo parte do mesmo ambiente amazônico.

Constataram-se outros exemplos sobre como percebem o tratamento mais burocrático com relação a atendimentos em políticas públicas, quando se encontram na cidade para receber o auxílio do bolsa estágio. Com isso, os próprios jovens podem se sentir diferentes ou desvalorizados, elencando o contraste na posse de recursos tecnológicos.

“As pessoas que moram em terra firme tratam diferente quem mora em comunidade, porque eu tiro por mim que eu fui fazer o programa bolsa estágio e não consegui fazer porque eu era do interior”. (Participante 02).

A fala supracitada registra outro aspecto de sentimento da diferenciação por motivos socioeconômicos em relação ao lugar de pertencimento, ainda que tenha direito ao mesmo benefício que fazem jus os moradores de terra firme. O relato corrobora mais uma vez a identidade social atrelada ao lugar de habitação.

Também foi citado que pode haver preconceito quanto à escolaridade do morador de comunidade ribeirinha, quando o sujeito reconhece sua identidade social, passando uma imagem de que são menos letrados pela sua condição de vida.

“Sim tratam diferentes as pessoas da minha faixa etária daquelas que moram em terra firme, é a gente, muitas vezes é bem criticado por sermos ribeirinhos, as pessoas muitas das vezes não respeita a gente, só porque a gente é do interior, ou até mesmo assim vive de uma maneira diferente deles, por isso que a gente mais ou menos, não é tanto, mas acho que gente sofre sim”. (Participante 06).

“Acho que as pessoas tratam diferentes sim, com certeza as pessoas da minha faixa etária daqueles que moram em terra firme porque é muito diferente uma pessoa morar no interior e outra pessoa morar na cidade, e ficam falando aquela pessoa do interior não sabe lê, não sabe escrever e pessoas da cidade dizem que sabem de tudo e é isso, eu acho que é isso”. (Participante 17).

Por fim, há os que não veem diferença no tratamento entre moradores de terra firme e comunitários ribeirinhos, a autoavaliação que fazem de si mesmos considera-os igual ao outro. Há o reconhecimento do outro nas interações sociais, ou seja, a alteridade (Souza, 2008).

“Não acho que as pessoas tratem as pessoas da minha faixa etária diferente daqueles que moram em terra firme, eu acho que eles tratam igual, acho que tem diferença, mas não é tanta assim, porque eu acho que nós somos quase todos iguais, nos tratam iguais [...]’ (Participante 09).

Os aspectos ligados ao termo “ribeirinho” remontam a questão das moradias próximas ao rio, ao estilo de alimentação pelo consumo de peixes que vem dos rios, ao transporte utilizado que percorre os rios (fluvial), ao cultivo de produtos agrícolas, que são frutíferos por conta de terras banhadas pelos rios, das brincadeiras de infância, que tem como área de lazer, os rios, ou seja, todo o ambiente natural é composto de rios e florestas que circundam e conectam a vida dos moradores de comunidades ribeirinhas e dos municípios que fazem parte da territorialidade amazônica.

Os habitantes de territórios amazônicos são conhecidos pelos termos ²⁸“povos da floresta”, “povos das águas” ou “povos ribeirinhos” se referindo ao local de origem ou habitação. O que se notou em diálogo com os jovens sobre como se chama as pessoas que moram perto do rio confirmam a autoidentificação com o termo ribeirinho.

“De ribeirinho, eu só sei que são chamados de ribeirinhos” (Participante 11).

Oliveira e Schor (2008) fazem uma descrição histórica e espacial das cidades amazônicas do século XX a XXI (2008, época da publicação), abrangendo as questões econômicas, espaciais, políticas e, sobretudo, apontam modelos de intervenções que superassem a dimensão do espaço e considerassem “as pessoas simples” que o habitam.

²⁸ Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). <https://ispn.org.br/biomas/amazonia/povos-e-comunidades-tradicionais-da-amazonia/>

5.3 PROCESSOS IDENTITÁRIOS

O território estudado é marcado por distâncias geográficas terrenas e líquidas em que as pessoas residem em comunidades ribeirinhas ora próximas umas das outras, em conglomerados pequenos ou médios, geralmente famílias numerosas de 7 a 16 (Tabela 1) pessoas numa única moradia ora separadas por longos braços de rios e sujeitas às condições climáticas. É possível afirmar que as comunidades apresentam os mesmos aspectos geográficos e climáticos. E em se tratando das representações sociais, essas comunidades têm como elementos unificadores as formas que adquiriram conhecimento e o fato de partilharem o mesmo espaço território geográfico ou a mesma realidade (Jodelet, 2001), e os elementos e conteúdos constituintes estão arraigados na formação de seus processos identitários.

Os processos identitários como representação ocorrem ao mesmo tempo nos níveis individual e social. A partir da inserção e inter-relação das pessoas nos grupos sociais eles se confundem e se diferenciam, o que possibilita o tornarem-se pessoas. Ressalta-se que os fatores históricos, a estrutura social e o conhecimento que a pessoa tem do mundo que o cerca é impregnado de significados anteriormente repassados e adquiridos pela cultura local onde está inserido (Andrade, 1998).

Os processos identitários dependem de nossas interações, vivências, experiências e dos contextos sociais (Ovejero, 2015). Assim, as pessoas que incorporam em seu cotidiano a vida em comunidades ribeirinhas têm relevância prática e social para a Psicologia Social em sua interdisciplinaridade com outras áreas das ciências humanas, sociais e da saúde, ao propiciar reflexões acerca de questões psicossociais da vida intra e intergrupar em comunidade que pode estender-se à outras realidades.

A Psicologia Social entende que a Identidade e as Representações Sociais estão intrinsecamente ligadas, pois os sujeitos expressam suas identidades, seus pensamentos, crenças e valores, significando-os através das representações de mundo (Andrade, 1998).

Por essas razões, houve a preocupação em conhecer as representações que os/as jovens ribeirinhos/as têm acerca de sua comunidade e sua articulação com a construção de suas identidades vinculadas ao seu contexto histórico, social, cultural, econômico, político e ambiental.

Ser ribeirinho/a no contexto amazônico não é apenas viver próximo a um rio ou riacho pescando ou deitado numa rede, observando a natureza, cena que pode representar para alguns o sonho de aposentadoria após uma vida intensa de rotinas exaustivas de trabalho, o que é retratado na forma de poemas e/ou quadro representando sossego e paz. No entanto, para outros pode representar uma vivência de intensa luta contra as intempéries dos ciclos das águas amazônicas, dos dias em que a temperatura pode chegar próxima aos 40 graus, além das adversidades diárias enfrentadas nas áreas da educação, saúde, transporte, moradia e lazer (Silva, 2017; Souza, Souza, Veras & Veras, 2019), representando um universo histórico e cultural de impossibilidades de uma vida digna nos moldes da vida urbana.

Além de se encontrarem separados pelas distâncias físicas e geográficas, também experimentam a distância social, cultural e econômica; quando morar à margem dos rios pode significar habitar às margens da sociedade na estrutura mais baixa do campo social. Pode significar também olhar-se pelo olhar do outro e aceitar a desvalorização e a humilhação coletiva (Wacquant, 2006). Assim, buscamos em nossa pesquisa suscitar maior aprofundamento das práticas, representações simbólicas e sociais dos ribeirinhos sobre si próprios.

Considerando o que foi observado nas visitas e relatos dos/as participantes das comunidades ribeirinhas e em outros estudos (Gama et al., 2018; Scherer, 2004; Victoria, 2012), as questões da juventude sinalizaram a influência da espacialidade de terra firme das comunidades (influência nas plantações e tipos de moradias); os modos de vida ribeirinha, que dependem dos rios para trafegarem, ou seja, para se deslocarem de uma comunidade à outra

ou ir da comunidade para a cidade; os movimentos das águas e as condições climáticas (em caso de época de chuva intensa e forte, no período chamado de inverno amazônico, nos meses de outubro a junho, que pode causar acidente nas embarcações durante as viagens).

As histórias vividas e comunicadas, consideradas como elementos físicos, sociais, culturais e simbólicos que fazem parte da vivência do contexto amazônico apontou para integração das subjetividades do que é ser jovem ribeirinho/a e conduziu o estudo em relação aos aspectos de suas identidades e representações sociais sobre a comunidade em que vivem.

No âmbito da TRS as identidades são construídas e se expressam no compartilhamento de atitudes, pensamentos, cultura, valores e nas formas de comunicação entre os componentes dos grupos. Os/as jovens ribeirinhos/as representam quem são pela própria vivência no ambiente em que habitam. Quando comunicam suas histórias, o lugar habita suas experiências de vida e transborda em suas identidades como as águas do rio em tempo de cheia. Suas realidades são marcadas pela territorialidade amazônica.

O ser ribeirinho/a como foi demonstrado, é atravessado pelas vivências e apego ao lugar. Quando falam de si, falam do orgulho de estar ali, falam das relações sociais, falam de tudo o que envolve aquele universo, pois é um universo único. Existem, sim, as necessidades de infraestrutura e toda a tecnologia que as pessoas da “modernidade líquida” (Bauman, 2001) vivenciam e valorizam. São necessárias para encurtar distâncias. Lá existe a distância tecnológica, mas inexiste a distância física, a comunicação é face a face, o sinal de internet é ruim, mas os sinais comportamentais/emocionais/psicológicos são visíveis, audíveis, tocáveis e sentidos.

Essas comunidades ribeirinhas entrelaçam e constroem as identidades de seus habitantes. Há uma diferenciação entre os que moram nas comunidades e aqueles (as) que moram na cidade. Nas comunidades, o tempo parece ser lento, passar devagar em relação ao tempo corrido. Nas primeiras, usa-se a canoa ou barco, recreio que navega sem pressa na

imensidão das águas, na segunda, o tempo passa rápido, as pessoas correm para não se atrasar, correm para não perder o compromisso, correm e ao mesmo tempo estão paradas no trânsito.

O sentimento de pertencimento ao lugar é demonstrado pelos comunitários pelas afirmações sobre o que tem de melhor em viver no local:

“[...] As melhores coisas que somos [...], que nós vivemos em paz, ninguém vive perturbando”. (Participante 09).

O estudo da importância do lugar na formação identitária das pessoas é amplamente estudado pela Psicologia Ambiental (Mourão & Cavalcante, 2011; Proshansky, Fabian & Kaminoff, 1983; Tuan, 1983), para quem as referências geofísicas e espaciais são elementos que compõem toda a nossa trajetória de vida. Como afirmam Mourão e Cavalcante (2011), vivemos inseridos em algum lugar nas fases de nossas vidas e a partir do processo de apropriação, nos formamos. Os lugares podem ser valorizados por conta da origem, das memórias afetivas e dão sentido às suas existências, como parte de um todo.

Em um movimento multidisciplinar, Cruz (2008), geógrafo de formação, corrobora com os estudos da Psicologia Ambiental em seu trabalho “O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia” e identifica a questão territorial/socioespacial junto com a história, a cultura e as condições de vida como aspectos para a valorização das identidades ribeirinhas.

A vivência, em contexto amazônico, traz elementos da natureza e mostra a natureza dessa vivência, aproxima duas concepções teóricas: as representações sociais e a psicologia ambiental, que convergiram para o estudo dos processos identitários e a identidade de lugar na relação pessoa-ambiente (o enraizamento, o sentimento de pertencimento, a apropriação e o apego ao lugar), que envolvem a dimensão emocional e afetiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa social possibilitou conhecer os fenômenos, acessar o mundo vivido de realidades consideradas invisíveis ou pouco acessadas e apresentar vivências concretas de pessoas que têm sua experiência de mundo especificamente vinculadas ao seu contexto ribeirinho.

Olhando para as comunidades ribeirinhas, num primeiro momento, parece ser fácil a descrição e análise da vivência local, onde pessoas de hábitos e características singelos, como o de habitar em pequenas casas de madeira, ter o rio como sistema de transporte e sustento alimentar, trabalhar no cultivo e na plantação de frutas e verduras, ter a possibilidade de criar animais domésticos e para abate, suas crianças terem a possibilidade de brincar livremente; as famílias estarem próximas geograficamente e poderem se reunir diariamente para conversar, festejar ou jogar. Percebeu-se, porém, ser esse universo mais complexo, pois os habitantes locais carregam histórias e marcas significativas advindas da cultura local e regional que lhes são próprias, tendo a ligação com o lugar valor funcional, simbólico e relacional.

A proximidade com as comunidades, por meio deste trabalho, possibilitado pela participação profissional na Universidade Federal do Amazonas, contribuiu para diminuir a distância entre a instituição e a sociedade. De outra forma, permitiu a expressão das vivências dos ribeirinhos, permeada por limitações que podem ser atribuídas à dificuldade de expressar em palavras o que sentem. Porém, o que parece silenciamento é expresso na vida vivida cotidianamente em seu contexto. Percebeu-se que alguns participantes foram monossilábicos em suas respostas, outros mencionaram que não sabiam responder. Mas, outros se dispuseram e discorreram a contar suas histórias e experiências, o que representou uma verdadeira imersão tanto naqueles silêncios como nas histórias e no mundo deles.

Observou-se nas análises que cada participante e as comunidades ribeirinhas refletem aspectos interligados, tais como o modo que se organizam física e socialmente; as proximidades e as distâncias das casas (das famílias e amigos); o aspecto econômico (cultivo e venda de produtos agrícolas e de pesca, seja para sustento próprio seja para renda familiar) e os aspectos históricos, culturais e simbólicos, que, mesmo o fato de não saberem exatamente a origem do lugar, não os impede de carregarem hábitos e costumes de seus ancestrais.

Ao longo dos discursos, os participantes discorreram sobre as facilidades e as dificuldades encontradas na vivência do espaço habitado.

As facilidades se referem a terem o peixe como alimento principal junto com os produtos da agricultura familiar que incorpora a economia pessoal e familiar (são comercializados na feira que funciona na área urbana de Coari), o fornecimento de energia elétrica e o serviço de internet (incipiente) que chegou às comunidades ribeirinhas, a gratuidade da água que tem múltiplas finalidades (banho, lavar roupas, refeições e lazer) e assim fortalecer a permanência e o sentimento de pertencimento no/ao lugar.

As dificuldades, representam a falta de oportunidades de frequentar curso de nível médio e superior na própria comunidade, a falta de formação técnica e de oportunidades de emprego os impulsionam e alimentam a esperança de conhecerem outros lugares. Há ainda a falta de escolas para as crianças nas comunidades e a insegurança e perigo do transporte nas embarcações escolares, a falta de postos de saúde e a dependência de atendimento no Barco UBSF, nos postos de saúde e no único hospital na área urbana de Coari.

Apresentaram em suas falas as diferenças entre morar nas comunidades e morar na capital (ou área urbana). Relatam que, nas comunidades, a natureza fornece tudo o que para eles é necessário para viver (rios, peixes, caças, frutas e verduras) e, na cidade, precisa ter um poder aquisitivo suficiente para viver e suprir as necessidades básicas, isso implica em ter emprego e estudo. Esse antagonismo faz parte da vivência de quem habita nas comunidades

ribeirinhas amazônicas, imensidão da floresta, grandiosidade dos rios e escassez de condições básicas de sobrevivência.

Percebeu-se pela fala e descrição das práticas dos participantes que, por estarem inseridos em comunidades ribeirinhas, tendo as florestas e rios como entorno, possa haver a crença subjacente de que a natureza supre as suas necessidades básicas, atreladas a habitabilidade, trabalho, alimentação e lazer. E ser jovem ribeirinho/a não os/as impedem de querer vislumbrar outras possibilidades de viver no mundo, que não representa uma maneira simples de viver, mas que pode-se viver de maneira simples.

O lugar foi mencionado como parte da vida dos/as jovens em razão de terem nascido na localidade, na região amazônica, sendo um aspecto indissociável, que faz parte da vivência e de suas formações identitárias. Nota-se nas respostas, quanto a descrição do lugar, o uso antagônico de palavras como: tranquilo, calmo, união, paraíso, tudo, violência e perigo.

Ao refletirem sobre questões de gênero, nomearam disparidades a respeito do papel do homem e da mulher. Os discursos e práticas podem ser descritos como sexistas em relação aos conteúdos atribuídos ao trabalho, ao cuidado com a casa, à criação dos filhos e a quais atividades cabe ao homem e a mulher.

As relações sociais acontecem também nessas comunidades, onde as famílias se constituem e povoam o espaço.

Ser jovem, habitando em território amazônico nas margens do rio, implica falar do fenômeno identidade de múltiplas faces, carregar as tradições culturais e históricas do espaço e lugar, querer estar junto à família, querer estar em outros lugares, carregar sonhos profissionais e pessoais e não querer sair daquele lugar, que, para alguns, significa viver no “paraíso”. Mas também implica ser esquecido, ser chamado de ribeiro, ribeirinho, índio, caboclo e zona rural. Significa sofrer preconceito de seus pares e das instituições.

As representações sociais dos/as jovens ribeirinhos/as estão impregnadas das suas vivências em torno da família, da natureza, do sagrado, dos conhecimentos adquiridos com seus ancestrais e da concretude do cotidiano, vivendo cada dia o que se lhes apresenta de acordo com suas condições econômicas dentro das estruturas sociais.

A experiência com os povos ribeirinhos abre questões que Psicologia Social e Ambiental convergem entre si, principalmente ligados à construção da identidade, às representações que os/as jovens têm de si e do lugar, da forma como comunicam e constroem significados advindos das relações com o ambiente, de como usam a simbologia, das tradições e da cultura do lugar para falar de si mesmos/as.

As pesquisas que aceitam conhecer outros contextos, que não os urbanos, não são melhores ou piores, mas são desafiantes no sentido de tornar familiar o que não é familiar, de tornar não familiar o que se pensa que é familiar, de pessoas que, por motivos intrínsecos ou peculiares, vivem em comunidades ribeirinhas.

Como limitação relevante nesse estudo, que atingiu sobremaneira a possibilidade de retornar ao campo para coleta de mais informações, pode-se citar a pandemia da COVID-19 que trouxe imposições de ordem sanitária e cuidados necessários à saúde. A UBSF teve sua última viagem em abril/2020 e só retornou oficialmente para viagens às comunidades no final do mês de fevereiro de 2023.

Após o cessamento das restrições, mas não dos cuidados com a saúde, o momento do retorno às aulas na universidade inviabilizou as viagens com a UBSF, que estavam sendo retomadas aos poucos com precauções. Porém uma nova autorização demandaria mais tempo.

Contudo, espera-se que, de alguma forma, a condução e os caminhos percorridos nesta pesquisa possam contribuir com estudos nos mais diversos contextos que compartilhem as dimensões de comportamentos ou formas de pensar, de comunicar, de ser e de construir as identidades.

REFERÊNCIAS

- Abric, J. C. (2001). Las representaciones sociales: aspectos teóricos. In Abric, J. C. (Org.) *Practicas Sociales y Representaciones* (pp.11-32). México: Ediciones Coyacán.
- Alves, M. Z. & Dayrell, J. (2015). Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. *Educ. Pesqui.* [online]. 2015, 41(2), 375-390. ISSN 1517-9702.
<http://doi.org/10.1590/s1517-97022015021851>.
- Andrade, M. A. A. (1998). A Identidade como Representação e a Representação da Identidade. In Moreira, A. S. P. (Org.) & Oliveira, D. C. *Estudos Interdisciplinares de Representação Social.* (pp. 141-149). Goiânia: AB Editora.
- Argenta, S. C., Argenta, L. C., Giacomelli, S. R. & Cezarotto, V. S. (2011). Plantas medicinais: cultura popular versus ciência. *Vivências*, 7(12), 51-60, mai. 2011.
<https://www.ufpb.br/nepfh/contents/documentos/artigos/fitoterapia/plantasmedicinais-cultural-popular-versus-ciencia.pdf>
- Arruda, A. (1998). O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro – negociando a diferença. In Arruda, A. (Org.), Jodelet, D., Jovchelovitch, D., Duveen, G., Joffe, H., Morant, N., Rose, D. & Guareschi, P. *Representando a alteridade.* (pp. 17-46). Petrópolis: Vozes.
- Augusto, N. M. (2008). A juventude e a (s) política (s): Desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 81/2008.
<http://rccs.revues.org/658>; doi:10.4000/rccs
- Baptista, E. R. (2012). *Conhecimentos e práticas de cura em comunidades rurais amazônicas: recursos terapêuticos vegetais.* Manaus: Edua/Naea.
- Barasuol, A., Doula, S. M. & Boessio, A. T. (2017). Jovens e juventudes em contextos rurais: produções científicas da pós-graduação brasileira (2010-2015). *Revista Linhas*, 18(37), 239-262.

- Baldin, N. & Munhoz, E. M. B. (2011). Educação Ambiental Comunitária: Uma experiência com a técnica de pesquisa Snowball (Bola de Neve). *REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, 27. <http://doi.org/10.14295/remea.v27i10.3193>
- Bauer, M. W. & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Biasus, F. & Branco, S. S. (2013). Representação Social de meio urbano e meio rural de jovens residentes no meio rural. *Perspectiva*, 37(140), 27-37. http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/140_370.pdf
- Bonomo, M., Trindade, Z.A., Souza, L., & Coutinho, S. M. S. (2008). Representações sociais e identidade em grupos de mulheres ciganas e rurais. *Psicologia*, 22(1), 153-181. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v22i1.342>
- Bourdieu, P. (2003). *Questões de Sociologia*. Fim de Século Edições, Sociedade Unipessoal, Ltda, Lisboa.
- Bourdieu, P. (2006). O camponês e seu corpo. *Rev. Sociol. Polít.*, 26, 83-92, jun. 2006, ISSN 0104-4478. <http://doi.org/10.1590/S0104-44782006000100007>
- Bourdieu, P. (2008). *A miséria do mundo*. (7ª. Ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Brasil. Presidência da República/Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2004). *Estatuto da Criança e do Adolescente* (Lei no. 8.069/1990).
- Brasil. Ministério da Saúde. (2007) Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. *Marco legal: saúde, um direito de adolescentes* / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde.
- Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília.

- Brasil. (2013). *Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas*. – Brasília: Senado Federal, coordenação de Edições técnicas.
- Brasil. (2017). Ministério da Saúde. Portaria nº 1, de 28 de setembro de 2017, dispõe sobre a Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), disposta no Anexo XXII; capítulo II Das Equipes de Saúde da Família; Seção III Das Equipes de Saúde da Família Ribeirinha e Fluvial dos Municípios da Amazônia Legal e do Pantanal Sul-Mato-Grossense e Seção IV Das Unidades Básicas de Saúde Fluviais. Brasília: Ministério da Saúde: 2017.
- Calegare, M. G. A., Higuchi, M. I. G., & Forsberg, S. S. (2013). Desafios metodológicos ao estudo de comunidades ribeirinhas amazônicas. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 571-580. doi.org/10.1590/S0102-71822013000300011
- Caldeira, S. N. & Veiga, F. H. (2013). Desenvolvimento Pessoal, Psicossocial e Moral. In Veiga, F. H. *Psicologia da Educação: Teoria, investigação e aplicação – envolvimento dos alunos na escola*. (pp.121-176). Lisboa: CLIMEPSI editores.
- Camargo, B. V. & Justo, A. M. (2013). Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>
- Camargo, B. V. & Justo, A. M. (2018). Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. <http://iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-portugais-22-11-2018>
- Carvalho, A.V. & Macedo J. P. (2018). Povos e Comunidades Tradicionais: Revisão Sistemática da produção e conhecimento em Psicologia. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 20(3), 180-197. ISSN 1516-3687 (impresso), ISSN 1980-6906 (on-line). doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v20n3p198-215.

- Castro, E. G. (2009). Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Rev.latinoam.cienc.soc.niñexjuv* 8(1), 179-208.
<http://www.umanizales.edu.com/revistacinde/index.html>
- Castro, E. G. (2016). Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. *Revista de Ciências Sociais*, 45, 193-212.
<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/30734>
- Chaves, A. M. & Silva, P. L. (2013). Representações Sociais. pp. 413-464. In Camino, L.; Torres, A. R. R.; Lima, M. E. O. & Pereira, M. E. *Psicologia Social: Temas e Teorias*. (2ª Ed., pp. 413-464), Revista e ampliada. Brasília: Technopolitik.
- Chaves, M. P. S. R. (2001). *Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá*. 2001. 207p. [Tese de Doutorado em Política Científica e Tecnológica] - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287073>.
- Chaves, M. R., Barroso, S. C. & Lira, T. M. (2009). Populações tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, 19(2), 111-122.
- Coelho R. N. & Estramiana, J. L. A. (2014). Alargamiento de la Juventud e identidad: Un estudio de los procesos de transición a la vida adulta de jóvenes en Brasil Y España. *Athenea Digital* – 14(2), 21-37 (julio 2014) – Artículos-ISSN:1578-8946.
doi.org/105565/rev/athenea.1206
- Collares-da-Rocha, J. C. C., Wolter, R. P. & Wachelke, J. (2016). As pesquisas em representações sociais na revista *Psicologia & Sociedade*. *Psicologia & Sociedade*, 29(3), 582-588 <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=3093447788018>

- Conselho Federal de Psicologia. (2019). Referencias técnicas para atuação de psicólogas (os) para a atuação de psicólogas (os) com povos tradicionais/Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. – 1. Ed. – Brasília: CFP. ISBN 978-65-5069-010-6
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.
- Cruz Neto, O. (2001). O Trabalho de campo como descoberta e criação. In Minayo, M. C. S. (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. (pp.51-66). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cruz, V. C. (2008). O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In Trindade Jr. & S. C. C., Tavares, M. G. (Orgs.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. (pp. 49-69). Belém: EDUFPA.
- Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília.
- Decreto nº 9.465, de 9 de agosto de 2018. Altera o Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, entre outros. Diário Oficial da União, Brasília, 2018.
- Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Diário Oficial da União, Brasília, 2019.
- Doise, W. (2002). Da Psicologia Social à Psicologia Societal. *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2002, 18(1), 027-035. ISSN 0102-3772. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000100004>.
- El Kadri, M. R., Santos B. S., Lima R. T. S., Schweickardt J. C. & Martins F. M. (2019). Unidade Básica de Saúde Fluvial: um novo modelo da Atenção Básica para a Amazônia, Brasil. *Interface (Botucatu)*. 23: e180613 <https://doi.org/10.1590/Interface.180613>

- Elali, G. A. & Medeiros, S. T. F. (2011). Apego ao lugar (Vínculo com o lugar) - Place attachment). In *Temas Básicos em Psicologia Ambiental* (Orgs.). (pp. 53-62). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fernandes, J. S. N. & Moser, L. (2021). Comunidades Tradicionais; A formação sócio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. *R. Katál, Florianópolis*, 24(3), pp.532-541, set./dez. ISSN 1982-0259.
- Fernandes, S. L., Gonçalves, B. S., & Silva, L. S. P. (2022). Psicologia, povos tradicionais e perspectivas de(s)coloniais: Caminho para Outra Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão* 2022 42(n.spe), e263863, 1-14, <https://doi.org/10.1590/1982-3703003263863>
- Fischer, G. N. (2014). *Psicología Social: Conceptos fundamentales*. Madrid: NARCEA S.A. de Ediciones.
- Fraxe, T. J. P., Pereira, H. S. & Witkoski, A. C. (2007). *Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais*. Manaus: EDUA.
- Fraxe, T. J. P., Witkoski, A. C. & Miguez, S. F. (2009). O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. *Ciência e Cultura*, 61(3), 30-32. http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252009000300012&lng=en&tlng=pt.
- Freire, S. M. (2021). Bioestatística básica [Livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Ed. do Autor. PDF <http://www.lampada.uerj.br/bioestatisticabasica>
- Freitas, M. (2003). Nuanças da sustentabilidade: visões fantásticas da Amazônia. *Caderno do Centro de Estudo e Ação Social (CEAS)*, São Paulo, n. 207, set/out.
- Freitas, M. (2004). *Amazônia e o desenvolvimento sustentável: um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer*. Colaboração de Walter Esteves de Castro Júnior. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Gama, A. S. M., Fernandes, T. G., Parente, R. C. P. & Secoli, S. R. (2018). Inquérito de Saúde em Comunidades Ribeirinhas do Amazonas, Brasil. *Cad. Saúde Pública* 2018; 34 (2): e00002817 doi:10.1590/0102-311X00002817
- Gama, A. S. M. & Secoli S.R. (2020). Self-Medication practices in riverside communities in the Brazilian Amazon Rainforest. *Rev Bras Enferm.* 2020; 73(5):e20190432. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0432>
- Gaskell, G. (2013). Entrevistas individuais e grupais. In: Martin, W. B. Gaskell, G. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.* (pp. 64-89) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gomes, R. (2012). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In Minayo, M.C.S. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.* (pp. 79-108) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Günther, H., Elali, G. A. & Pinheiro, J. Q. (2011). Multimétodos. In *Temas Básicos em Psicologia Ambiental.* (pp. 239-249) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ingold, T. 'Building, Dwelling, Living'. (1995). In Strathern, M. (ed.) *Shifting Contexts.* (pp. 57-80). London:Routledge.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). *Censo Demográfico.* de <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=130120&search=amazonas|coari|info|gr%20fic%20s:-evolu%20e3o-populacional-e-pir%20mide-et%20ria>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017). Divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias: 2017/IBGE, Coordenação de Geografia – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018). Cidades. Estimativas de população dos municípios de 2018. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/coari/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In Jodelet, D. (Org) (pp. 17-44). *As Representações Sociais.* Rio de Janeiro: EdUERJ.

- Jodelet, D. (2002). A cidade e a memória. In Del Rio, V., Duarte, C. R. & Rheingantz (Orgs). *Projeto do lugar: Colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*. (pp. 31-43). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/PROARQ.
- Jodelet, D. (2009). O Movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, 24(3), 679-712. <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n3/04.pdf>
- Jodelet, D. & Loprete, L. (2015). Problemáticas psicossociais da abordagem da noção de sujeito. *Cadernos de Pesquisa*, 45(156), 314-327. Epub April 00, 2015. doi.org/10.1590/198053143203
- Jovchelovitch, S. (2000). Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Jovchelovitch, S. (2004). Psicologia Social, Saber, Comunidade e Cultura. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 20-31; maio/ago.2004. <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a04v16n2>
- Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do Saber: representações, comunidade e cultura*. Trad. Guareschi, P. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Kuhnen, A. (2009). In Kuhnen, A., Cruz, R. M. & Takase, E. (Orgs.). *Interações: Pessoa-Ambiente e Saúde*. (pp. 15-35). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lacaz, A. S., Lima, S. M. & Heckert, A. L. C. (2015). Juventudes periféricas: arte e resistências no contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 58-67. doi: 10.1590/1807-03102015V27N1P058
- Lei Federal nº 10.386, de 09 de janeiro de 2004. *Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10836-9-janeiro-2004-490604-normaatualizada-pl.pdf>

Lei Federal nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. *Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências*
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm

Lira, T. M. & Chaves, M. P. S. R. (2016). Comunidades ribeirinhas na Amazônia: Organização Sociocultural e Política. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 17(1).
doi.org/10.20435/1518-70122016107

Lopes, L. G. R. & Carvalho, D. B. (2017). Juventude assentada e a identidade vinculada com a terra. *Psicologia & Sociedade*, 29, 159034. doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i159034

Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2017). *Fundamentos de metodologia científica*. (8ª. Ed.). [2. Reimpr.] – São Paulo: Atlas.

Marques, T., Chalegre, R. F., Peixoto, A. R. & Wolter, R. P. (2020). Identidade e representações sociais de moradores da zona sul da cidade do Rio de Janeiro acerca deles mesmos, dos moradores do subúrbio e dos cariocas. *Interações*, Campo Grande, MS, 21(2), pp. 259-272, abr./jun. 2020

Martins, P. O., Trindade, Z. A. & Almeida, A. M. O. (2003). O ter e o ser: Representações Sociais da Adolescência entre Adolescentes de Inserção urbana e rural. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2003, 16(3), pp. 555-568. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000300014>

Menandro, M. C. S., Trindade, Z. A. & Almeida, A. M. O. (2010). *Gente Jovem reunida: Representações Sociais de adolescência/Juventude em textos jornalísticos*. Vitória: G.M. Gráfica e Editora.

Menezes, E. F. & Sousa, R. E. M. (2017). As subjetividades da realidade vivenciada no espaço ribeirinho: Juventude e Gênero na comunidade de Nazaré. *Seminário Internacional Fazendo*

- Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X
http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499478593_ARQUIVO_ARTIGO-FAZENDOGENERO.pdf
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2012). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. (2ª edição revista). Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1978). *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Moscovici, S. (1981). On Social representations. In Forgas, J. P. (Org.). *Social cognition: perspectives on everyday understanding*, (pp. 181-209). Londres: Academic Press.
- Moscovici, S. (2003). Por que estudar Representações Sociais em Psicologia? In *Revista da Universidade Católica de Goiás, Estudos Goiânia*, 30(1), 61-84. ISSN 0103-0876
- Moscovici, S. (2015). *Representações Sociais: Investigações em psicologia social*. (11ª. Ed.). Petrópolis: RJ, Vozes.
- Mourão, A. R. T. & Cavalcante, S. (2011). Identidade de Lugar. In Cavalcante, S. & Elali, G. A. *Temas básicos em psicologia ambiental*. (pp. 208-216). São Paulo: Vozes.
- Oesselmann, D. J., Ferreira Santos, F. S. & Garcia Gaspar, M. (2004). Encontros transculturais: uma leitura da construção da identidade de jovens na Amazônia Oriental Brasileira. *Educação*, vol. XXVII, núm. 53, maio-agosto, 2004, pp. 225-240. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84805302>
- Oliveira, P. (2011). Narrativas identitárias e construções subjetivas: Considerações teóricas e análise empírica de identificações entre jovens das classes populares. *Civitas*, 11(1), 156-171. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/7383>

- Oliveira, A. A. S. & Trancoso, A. E. R. (2014). Processo de produção psicossocial de conceitos: infância, juventude e cultura. *Psicologia & Sociedade*, 26 (spe2), 18-27. doi.org/10.1590/S0102-71822014000600003
- Oliveira, J. A. & Schor, T. (2008). Das cidades da natureza à natureza das cidades. In Trindade Junior, S. C. & Tavares, M. G. C. (Orgs.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. (pp. 15-26). Belém: EDUFPA.
- Ovejero, A. (2015). Psicología Social e Identidad: dificultades para un análisis psicosociológico. *Papeles del CEIC Internacional Journal em Collective identity Research*. Vol. 2015/2[papel 124] ISSN 1695-6494
- Palmonari, A. & Cerrato, J. (2011). Representações sociais e psicologia social. In Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S., Trindade, Z. A. (Org.). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. (pp. 305- 332). Brasília: Technopolitik.
- Pato, C. & Campos, C. B. (2011). Comportamento Ecológico. In Cavalcante, S. & Elali, G. A. (Orgs.). *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. (1a. Ed.; pp. 122-143). Petrópolis: Vozes,
- Pereira, C. A. C. & Capaz, G. K. C. (2019). A Biodiversidade na Amazônia e a biopirataria: uma abordagem jurídica. *Ratio Juris. Revista Eletrônica da Graduação da Faculdades de Direito do Sul de Minas*. 2(2). jul.-dez. 74-Texto do artigo-366-1-10-20191211.pdf
- Pereira, C. & Soares, A. (2003). Reflexões acerca da Perspectiva das Representações Sociais. In *Revista da Universidade Católica de Goiás*, 30(1), 61-84.
- Pereira, H. S. (2007). A dinâmica da paisagem socioambiental das várzeas do Rio Solimões-Amazonas. In Fraxe, T. J. P., Pereira, H. S. & Witkoski, A. C. *Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: Modos de Vida e Uso dos Recursos Naturais*. (pp. 11-32). Manaus, EDUA,
- Piletti, N. & Rossato, S. M. (2011). *Psicologia da Aprendizagem: Da teoria do condicionamento ao construtivismo*. São Paulo: Contexto.

- Pizzinato, A., Guimarães, D. S. L. & Ferreira, J. (2019). Psicologia, Povos e Comunidades Tradicionais e Diversidade Etnocultural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39 (n.spe), e032019, 3-8. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000032019>
- Pizzinato, A., Hamann, C., Maracci-Cardoso, J. G. & Cezar, M. M. (2016). Jovens mulheres do âmbito rural: gênero, projetos de vida e território em fotocomposições. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 473-483. Associação Brasileira de Psicologia Social. doi: 10.1590/1807-03102016v28n3p473
- Polli, G. N. & Kuhnen, A. (2011). Possibilidades de uso da teoria das representações sociais para os estudos pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia*, 16(1), 57-64. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2011000100008
- Pontes, I. P. S., Ribeiro, P. A. & Nascimento, C. F. P. (2013). Relações socioculturais de gênero em comunidades tradicionais na Amazônia: Os desafios vivenciados na comunidade São Lázaro/AM. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X. 1387302085_ARQUIVO_ItaciaraPrestesdaSilvaPontes.pdf
- Proshansky, H. M.; Fabian, A. K. & Kaminoff, R. (1983). Place-identity: physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, New York, 3(1), 57-83.
- Rede SIMEX. Boletim SIMEX Amazônia. (2022). Mapeamento da exploração madeireira na Amazônia. Agosto de 2020 a julho de 2021. https://idesam.org/wp-content/uploads/2022/11/Boletim_SIMEX_2021.pdf
- Reis, S. A. & Bellini, L. M. (2010). Ribeirinhos e suas representações sociais de meio ambiente sob impactos de Represas na Bacia hidrográfica dos Rios Paraná/PR e Cuiabá/MT. *Ambiente & Educação*, 15(2), 155-176. <http://repositorio.furg.br/handle/1/7443>

- Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 maio de 2016. Seção 1. p. 44-46.
<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Res510.pdf>
- Ruzany, M. H., Moura, E. A. F. & Meirelles, Z. V. (2012). *Adolescentes e jovens de populações ribeirinhas na Amazônia – Brasil*. Rio de Janeiro: Visão Social.
- Salviati, M. E. (2017). *Manual do Aplicativo Iramuteq*.
<http://iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>
- Santos, H. M. C. (2021). Reflexões sobre a educação no interior do Amazonas/Brasil/ Reflexões sobre a educação no interior do Amazonas/Brasil. *Brazilian Journal of Development*, 7 (4), 38447–38513. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n4-352>
- Santos, M. F. S., Felix, L. B. & Moraes, E. R. C. (2012). Representações Sociais de Juventude em uma Comunidade Quilombola do Agreste Pernambucano. *Revista Eletrônica PSICO*, 43(4), 524-532,
<https://www.revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/indes.php/revistapsico/article/viewFile/9103/8514>
- Scherer, E. (2004). Mosaico Terra-Água: A vulnerabilidade Social Ribeirinha na Amazônia – Brasil. *CES – VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra 16, 17 e 18 de setembro de 2004. <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/EliseScherer.pdf>
- Silva, E. P., Farias, G. G. & Alves, O. J. A. (2016). As políticas públicas e seus reflexos no modo de vida ribeirinha na comunidade Menino Deus em Portel (PA). *Revista Cerrado*. Montes Claros, 14 (2), 161-183, jul/dez-2016. www.periodicos.unimontes.br/cerrados ISSN:2448-2692.

- Silva, G. C. C. & Costa, M. E. L. (2021). Identidade e representações sociais de jovens em assentamentos rurais da zona da Mata de Alagoas. *Interfaces Científicas*. Aracaju, 9(2), 201-214. doi: 10.17564/2316-3801.2021v9n2p201-214
- Silva, I. R. (2017). Modo de vida ribeirinho: construção da identidade amazônica. *VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas*.
<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo12/mododevidaribeirinhoconstrucaoidentidadeamazonica.pdf>
- Silva, T. L. G., Capra-Ramos, C., Victorazzi, A. R., Silva, F. C., Lima, C.W. M., Brunnet, A. E. & Pizzinato, A. (2012). Análise temática e metodológica da publicação científica em Psicologia no Brasil. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 18 (2), 330-346, ago. 2012.
<https://hdl.handle.net/10923/8992>
- Souza, C. F. de, Souza, M. J. M. de, Veras & M. F. P. Veras. (2019). A Vida ribeirinha Amazônica: Alteridade, Territorialidade e Invisibilidade. *Anais dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu UniEVANGÉLICA* ISSN 2596-1136 – 03(01).
<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo12/mododevidaribeirinhoconstrucaoidentidadeamazonica.pdf>
- Souza, L. (2008). Alteridade, Processos Identitários e Violência Acadêmica. In Rosa, E. M., Souza, L. de & Avellar, L. Z. (Orgs.). *Psicologia Social: Tema em Debate*. (pp. 169-198). Vitória: UFES - ABRAPSO/GM - Gráfica Editora.
- Souza, L. K. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51-67.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v71n2/05.pdf>
- Sposito, M. P., Souza, R. & Silva, F. A. (2018). A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. *Educ. Pesqui.*, 44, e 170308,
<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-4634201712170308>

- Tiago, E. R. & Higuchi, M. I. G. (2016). Ser morador de casas flutuantes em Coari-AM. In Calegare, M. G. A. & Higuchi, M. I. G. (Orgs.). *Nos interiores da Amazônia: leituras psicossociais*, (pp. 61-81), 1. Ed. – Curitiba, PR: CRV.
- Trindade, Z. A., Santos, M. F. S. & Almeida, A. M. O. (Orgs.). (2019). Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S. & Trindade, Z. A. *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. (pp.101-121). Brasília: Technopolitik.
- Tuan, Y. F. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL.
- Vasconcellos, K.M., Viana, K. M. P. & Santos, M. F. S. (2007). Pensando o método de pesquisa em representação social. In Rodrigues, M. M. P. & Menandro, P. R. M. (Org.). *Lógicas Metodológicas: Trajetórias de Pesquisa em Psicologia*. (pp. 39-56). Vitória: UFES/GM Editora.
- Vala, J. (1993a). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. *Análise Social*, 28(123/124), quarta série, 887-919. <http://www.jstor.org/stable/41011005>
- Vala, J. (1993b). Representações sociais - para uma psicologia social do pensamento social. In Vala, J. & Monteiro, M. B. (Orgs.) *Psicologia Social*. (pp.353-384). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Victoria, C. G. (2012). *Mergulhando nos rios do cotidiano: Escola e Cultura na vida dos jovens de uma comunidade ribeirinha no Amazonas*. unicao.br/wp_content/uploads/2012/TRABALHO_117.pdf
- Vinuto, J. A. (2014). Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: Um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, 22(44): 203-220, ago/dez. 2014. DOI 10.20396/temáticas.v22i44.10977
- Wacquant. L. (2006). Seguindo Bordieu no campo. *Ver. Sociol. Polít.*, 26, 13-29. ISSN 0104-4478. doi.org/10.1590/S0104-44782006000100003.

Zacarias, E. J., Higuchi & M. I. G. (2021). Panorama dos estudos sobre identidade de lugar. *Novos Cadernos NAEA [S.]*, 24 (1), pp. 57-72, ago. 2021. ISSN 2179-7536. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v21i1.8821>

APÊNDICE A – Roteiro de Observações

O que observar e como obter informações²⁹?

1. Localização da comunidade (em relação às outras comunidades e ao município sede, se fica no meio, na extremidade, se tem algum ponto de referência, qual calha de rio pertence, etc.)
2. Histórico da comunidade (como surgiu, se existe algum tipo de posse, primeiros moradores, etc.).
3. Estrutura da comunidade (tipo material de construção das casas, quantidade de casas, tipos de imóveis, disposição das casas, se existem comércios, escolas, UBS, etc).
4. Estrutura socioeconômica da comunidade (número de famílias, quantos moradores, quem trabalha, onde trabalha, o que produzem).
5. Recursos internos e externos da comunidade (água encanada, luz elétrica, telefone, internet, esgoto, educação, saúde, lazer, etc.).
6. Relacionamento social da comunidade (se existe algum tipo de reunião formal ou informal, festas, comemorações, eventos esportivos e/ou religiosos, etc.).
7. Relacionamento com as comunidades vizinhas (se existem algum tipo de reunião formal ou informal, festas, comemorações, eventos esportivos e/ou religiosos, etc.).
8. Relacionamento com as instituições públicas (associação de moradores, prefeitura, órgãos municipais e estaduais).
9. Caracterização do ambiente externo (rio, floresta, vias de acesso etc.).
10. Meios de transporte disponíveis para locomoção para outros lugares e/ou em casos de emergência (na comunidade, na cidade, da cidade para a capital, etc.).
11. O que fazem em casos de emergência de saúde (tem agente de saúde ou algum profissional na comunidade, etc.).

²⁹ As informações serão acessadas via documentos/registros, por informantes institucionais e comunitários.

12. O que fazem em caso de falecimento de comunitários? (Existe cemitério na comunidade?)
13. Existe escola na comunidade? Até que série/nível? E depois como continuam os estudos?

APÊNDICE B - Roteiro de questões

Roteiro de questões para a entrevista semiestruturada

Projeto de Pesquisa: RIBEIRINHOS AMAZÔNICOS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE JUVENTUDE E PROCESSOS IDENTITÁRIOS

HABITACÃO

1. Quanto tempo mora nesta comunidade? Sempre morou em comunidade?
2. Como você se sente morando em comunidade? Você se sente orgulhoso(a) morando nessa comunidade?
3. Você sente que essa comunidade é o seu lugar para viver? Por que?
4. Se você saísse daqui de que sentiria mais falta? Por que?
5. As pessoas que moram em comunidades perto do rio são chamadas de que? Por que você pensa isso?
6. Você acha que as pessoas tratam as pessoas da sua faixa etária diferente daqueles que moram em terra firme? Por quê?
7. Se tivesse que descrever você neste lugar onde vive em uma palavra, qual seria? Por que?
8. Você sente que faz parte deste lugar? Por que?
9. Você pensa que este lugar faz parte de sua vida? Por que?
10. Você acha que vivendo nesta comunidade ajudou você a se desenvolver de alguma maneira? (pessoal, profissional, etc.)?
11. Como você contribui com sua comunidade, o que você fez ou faz?
12. Se tivesse poder para mudar alguma coisa nesta comunidade, o que seria?
13. Quais são as melhores coisas de viver aqui / quais são as piores coisas de viver aqui?
14. A quem pertence sua moradia (se for o caso)? É alugada, comprada ou cedida, etc? Ou de que maneira adquiriram?
15. Você e/ou sua família tem algum problema de posse (propriedade) neste lugar? Ou documento que comprove que a casa é de vocês (se for o caso)?
16. Morar em comunidades é mais barato ou mais caro do que morar na zona urbana? Por quê?
17. De onde vem a água que vocês usam pra beber? E para outros usos (lavar roupa, casa)?
18. Vocês tem luz elétrica? Ou qual tipo de energia (luz de vela, compram diesel, etc.)
19. Como vocês fazem com o lixo - esgoto?
20. Como você dá o endereço, numa loja, por exemplo, quando compra alguma coisa?
21. Hoje se alguém quisesse vir morar nesta comunidade, o que precisa fazer?
22. Residentes na mesma unidade doméstica:
Crianças abaixo de 10 anos: _____ Adolescentes de 11 a 15 anos: _____
Jovens de 15 a 29 anos: _____ Adultos (a partir de 30 anos até 59 anos): _____ Idosos: _____

TRABALHO

23. Você trabalha? () Sim () Não

Se a resposta for sim, em que trabalha? _____

24. Com o que as pessoas trabalham e/ou produzem nesta comunidade? (agricultura, artesanato, pesca, plantações, pesca, etc.)

25. O que planeja para o futuro? (pessoal/profissional)

EDUCAÇÃO

26. Você estuda? () Sim () Não

27. Que série está cursando? (Ou até que série cursou?) _____

28. Pretende cursar faculdade? () Sim () Não

Em caso de resposta afirmativa, qual o curso pretendido? _____

RELAÇÕES E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS

29. Como e o que as pessoas da sua idade fazem para se divertir?

30. Como e quando as pessoas começaram a morar neste lugar?

31. Qualquer pessoa pode montar sua casa neste lugar?

32. Os jovens participam de algum grupo ou associação? Se sim, qual (quais)?

33. Como é ser homem (ou mulher) vivendo nesta comunidade?

34. Você acha que a prefeitura trata vocês de forma diferente por morarem em comunidades?

35. Vocês recebem algum auxílio de alguma entidade (governo, igreja ou outra instituição)?

INFORMAÇÕES GERAIS:

36. Nome do (a) Entrevistado(a): _____

37. Gênero: () Masculino () Feminino

38. Idade _____

39. Estado civil

() Solteiro(a) () Casado(a) () Divorciado(a) () Separado(a) () Viúvo(a) () União estável

40. Cidade/Estado de origem: _____

41. Motivo da vinda para a comunidade? (se for o caso) _____

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP

Convidamos você para participar da pesquisa intitulada **Ribeirinhos amazônicos: representações sociais sobre juventude e processos identitários**, da acadêmica do curso de Doutorado em Psicologia/UFES, **Eliana Rodrigues Tiago** sob a orientação da Prof^ª Dr^ª **Maria Cristina Smith Menandro**. Essa pesquisa pretende investigar como jovens ribeirinhos da mesorregião do Centro Amazonense, Coari/AM compreendem as representações sociais sobre juventude e processos identitários.

Nesse estudo você participará de uma entrevista sobre sua vida e o que você pensa sobre Juventude inserido no contexto amazônico na comunidade ribeirinha. Essa entrevista será audiogravada para melhor fidelidade das respostas dadas. A gravação só será realizada se houver seu consentimento.

Sua participação na pesquisa é voluntária, por isso não terá nenhuma despesa e também não receberá pagamento em troca. Mesmo após a sua autorização, você tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa independente do motivo e sem qualquer prejuízo a sua pessoa. Os benefícios da sua participação incluem a contribuição para uma melhor compreensão dos significados sobre juventude e os processos identitários atribuídos por jovens moradores de comunidades ribeirinhas presentes nas em suas vivências. Suas respostas não lhe colocarão em risco e caso ocorra, será oferecido todo suporte e apoio necessários, mediante atendimento psicológico por parte da pesquisadora e atendimento de saúde pela equipe da Unidade Básica de Saúde Fluvial, que estará presente nas visitas às comunidades ribeirinhas.

O seu nome não será divulgado, e todos que participarem do estudo terão anonimato. Os pesquisadores comprometem-se em agir segundo as exigências éticas concernentes a coleta, análise e publicação dos dados alcançados. As informações adquiridas serão utilizadas para estudos de pesquisa científica e contribuirão para compreender melhor o que pensam, como pensam e os sentidos e significados acerca de juventude dado por jovens ribeirinhos.

Se você tiver qualquer dúvida ou quiser saber qualquer informação mais detalhada pode entrar em contato com a pesquisadora/doutoranda **Eliana Rodrigues Tiago** no endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras – UFES –Vitória/ES, telefone (27) 4009-2501 ou pelo e-mail: eliana.tiago@aluna.ufes.br, ou com **Maria Cristina Smith Menandro**, endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras – UFES –Vitória/ES, Brasil - CEP 29060-970, pelo telefone (27) 4009-2501 ou pelo e-mail cristinasmithmenandro@gmail.com. Poderá ainda entrar em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** – CEP/UFES, Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras – UFES – Vitória/ES, Brasil - CEP 29060-970, telefone (27) 4009-2434.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____ entendi o que a pesquisa “**Ribeirinhos Amazônicos: Representações Sociais sobre Juventude e Processos Identitários**” vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Afirmando que me foi entregue uma cópia desse documento.

Data ____/____/____

Participante da Pesquisa

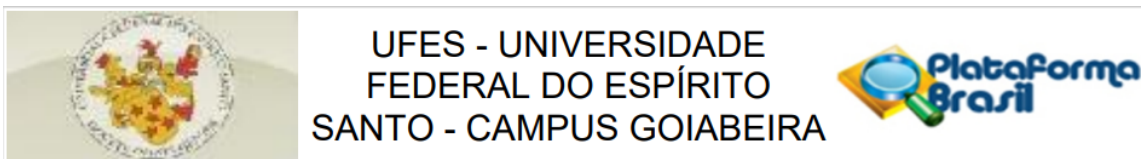
Eliana Rodrigues Tiago

Prof.^a Dra. Maria Cristina Smith Menandro



Impressão do dedo polegar
caso não saiba assinar

ANEXO A – Aprovação do Comitê de Ética



Continuação do Parecer: 4.131.400

Objetivos Específicos

Caracterizar as comunidades ribeirinhas em seu contexto histórico, psicossocial, cultural, econômico e ambiental;

Descrever as condições de vida dos jovens ribeirinhos referentes ao trabalho/renda, à saúde, ao lazer, à educação e à moradia;

Aprender as representações sociais dos ribeirinhos a respeito de juventude e os processos identitários em sua condição de jovens relacionando-as ao seu contexto psicossocial, econômico e cultural.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A autora do projeto apresenta os prováveis riscos desse estudo como sendo esses decorrentes da participação que podem incluir desconforto, dúvidas, medo, estresse, receio quanto a quebra de anonimato, aos procedimentos realizados e/ou constrangimento durante a aplicação do questionário ou entrevista. E que para minimizar tais riscos, serão fornecidas as instruções sobre os objetivos e todas as etapas do estudo. E se for necessário será oferecido atendimento psicológico por parte da pesquisadora responsável que é psicóloga e/ou da Unidade Básica de Saúde no Barco Fluvial da Secretaria de Saúde Municipal de Coari-AM que estará presente nas visitas às comunidades ribeirinhas.

E os benefícios elencados desse estudo incluem a contribuição para uma melhor compreensão dos significados sobre juventude e os processos identitários atribuídos por jovens moradores de comunidades ribeirinhas presentes em suas vivências.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto de pesquisa tem uma imensa relevância científica e social, tratando de temas muito interessantes que são as representações sociais dos jovens ribeirinhos sobre juventude e os processos identitários no contexto amazônico em função das condições históricas, psicossociais, econômicas e culturais.

Os sujeitos da pesquisa serão jovens de 18 a 29 anos, independentemente de sexo, religião, cor ou raça, naturais dos municípios do Amazonas, residentes em comunidades ribeirinhas na zona rural do município de Coari, que consentirem, autorizarem formalmente e se disponibilizarem a responder espontaneamente à entrevista. A amostra selecionada aleatoriamente, será distribuída em homens e mulheres sem número previamente definido. O número total de participantes está previsto até o máximo (60) jovens em contexto amazônico.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

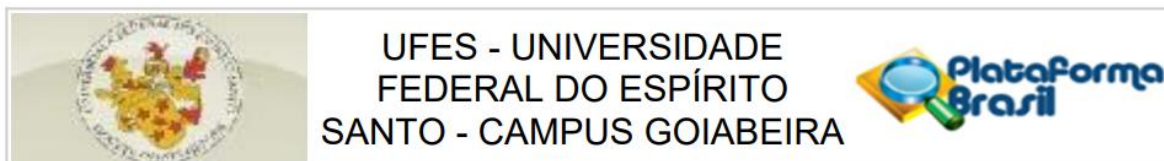
CEP: 29.075-910

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.131.400

entrevistas serão transcritas e submetidas a tratamento de análise por meio do software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Texts et de Questionare), um programa informático gratuito que possibilita diferentes tipos de análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas de indivíduos por palavras apontado como importante ferramenta que prima pelo rigor. Tem sido utilizada principalmente nas Ciências Humanas e Sociais que trabalham com conteúdo subjetivos, abstratos e simbólicos de dados de entrevistas e/ou falas de conjuntos de textos, organizados como corpus como recomendado na aplicação e procedimentos metodológicos do software.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A autora apresenta toda documentação obrigatória necessária para o pleno desenvolvimento desse estudo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O presente projeto está em consonância com todas as exigências legais e todos os procedimentos éticos necessários para seu desenvolvimento.

Considerando o já exposto acima, solicito à esse egrégio Comitê de Ética em Pesquisas com seres humanos a sua aprovação.

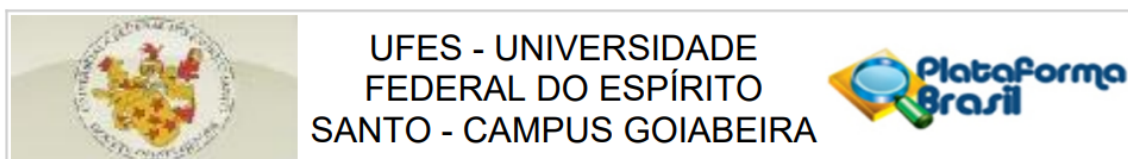
Considerações Finais a critério do CEP:

Trata-se de um projeto de qualificação de Doutorado intitulado "Ribeirinhos Amazônicos: representações sociais sobre juventude e processos identitários" sob responsabilidade da doutoranda Eliana Rodrigues Tiago, aluna do Programa de Pós-graduação em Psicologia, e da Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Smith Menandro, em que traz a discussão sobre a juventude em suas múltiplas facetas, tanto por aspectos físicos/biológicos, históricos, inter-relação sujeito-ambiente e também reconhecendo que cada sujeito, em seu tempo ou contexto psicossocial e cultural. Um estudo de alta relevância científica e social, bem elaborado e em plena consonância com as normas vigentes para sua execução.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1493456.pdf	21/04/2020 17:48:49		Aceito
Cronograma	Cronogramacorrigido21042020.pdf	21/04/2020	ELIANA	Aceito

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.131.400

Cronograma	Cronogramacorrigido21042020.pdf	17:48:07	TIAGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLCorrigido21042020.pdf	21/04/2020 17:47:15	ELIANA RODRIGUES TIAGO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetocorrigidoCEPElianaRodriguesTia go21042020.pdf	21/04/2020 17:45:28	ELIANA RODRIGUES TIAGO	Aceito
Folha de Rosto	FolhaderostoProjetoRibeirinhos.pdf	27/12/2019 13:37:18	ELIANA RODRIGUES TIAGO	Aceito
Orçamento	OrcamentoProjetoRibeirinhos.pdf	26/12/2019 13:38:49	ELIANA RODRIGUES TIAGO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITORIA, 02 de Julho de 2020

Assinado por:
KALLINE PEREIRA AROEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com